

Violência:
De frente pro crime

Preço:
R\$ 3,00

Cuíra

AMAZÔNIA E CIDADANIA

A revolta que vem do Oeste

Cresce a onda separatista no Pará pela criação do Estado do Carajás, e, principalmente, do Estado do Tapajós onde o movimento é secular. Mas quem ganha e o que está por trás?



■ **Agricultura familiar:**
Grito de vitória

por Célia Chaves

■ **Orçamento público:**
Estado X sociedade

por Mileny Matos

■ **Museu Goeldi:** ciência
para o século XXI

por José Maria Piteira

TEM OFERTAS

QUE SÓ A
Oliveira
M Ó V E I S

FAZ PRA VOCÊ

Vá ver e comprove.

Rua Tiradentes, 200
phones: 223-7299 • fax 222-2689



A Bel-Graff não dorme em serviço



BEL-GRAFF



A gráfica 24 hs • Rua Tiradentes, 200 • fone: 241-5128

ciência na amazônia

Museu Emílio Goeldi: um centro de pesquisa para o século XXI

12

Caxiuanan: um ninho de "cobras" a serviço da ciência

José Maria Piteira

economia

Grito de vitória.

Célia Chaves

16

movimento social

Orçamento Participativo: unindo Estado e sociedade

Mileny Matos

22

25 anos de solidariedade à infância e adolescência

Agência Emaús

conjuntura

Separatismo: a revolta que vem do oeste

J. Ninos

26

cultura

O teatro na Amazônia

Kil Abreu

32

amazônia

Terras: o mal de raiz

Lúcio Flávio Pinto

36

investigação

De frente pro crime

Suely Leitão

40

teologia

O grito dos excluídos

Raimundo Valdomiro de Sousa

43

entrevista

Sebastião Manchinery

João Claudio Arroyo

44

humor

Rumores do separatismo

por Paulo Emmanuel

47

Cuíra

Revista CUÍRA é uma publicação bimestral sem fins lucrativos do Instituto Universidade Popular, em

parceria neste número com a Agência de Notícias Emaús, Fase, Cepepo, Ipar, SPDDH, AEBa e Comitê Cidadania/PA. As matérias assinadas não representam necessariamente as posições da Unipop e seus parceiros.

Cuíra: termo originário do tupi-guarani, significa inquietação.

Um terço do arrecadado em banca é doado à Campanha de Combate à Fome.

CONSELHO EDITORIAL: UNIPOP, AG. EMAÚS, CEPEPO, FASE, IPAR.

Edição: **João Claudio Arroyo**

Jornalista responsável:
José Maria Piteira (Reg.888/MTb)

Edição de fotografia e capa:
Miguel Chikaoka

Charges: **Paulo Emmanuel**

Revisão: **Nilceléia Lins**

Jornalista estagiária: **Mileny Matos**

Secretária: **Léa Piza Castro**

Projeto gráfico e editoração:
Karina Coraini e Jacylene Ayres (assistente)

Impressão: **Bel Graft Offset**

Apoio: Pão para o Mundo, ICCO, Christian Aid, Campo Limpo, Unicef, Caixa Econômica Federal, Basa e UFPA.

unipop

Instituto Universidade Popular
Av. Senador Lemos,
557 - Telégrafo
Fone: (091) 224-9074

Fax: (091) 225-1668 cx postal 1098 CEP:
66050-000 - Belém Pará - Brasil

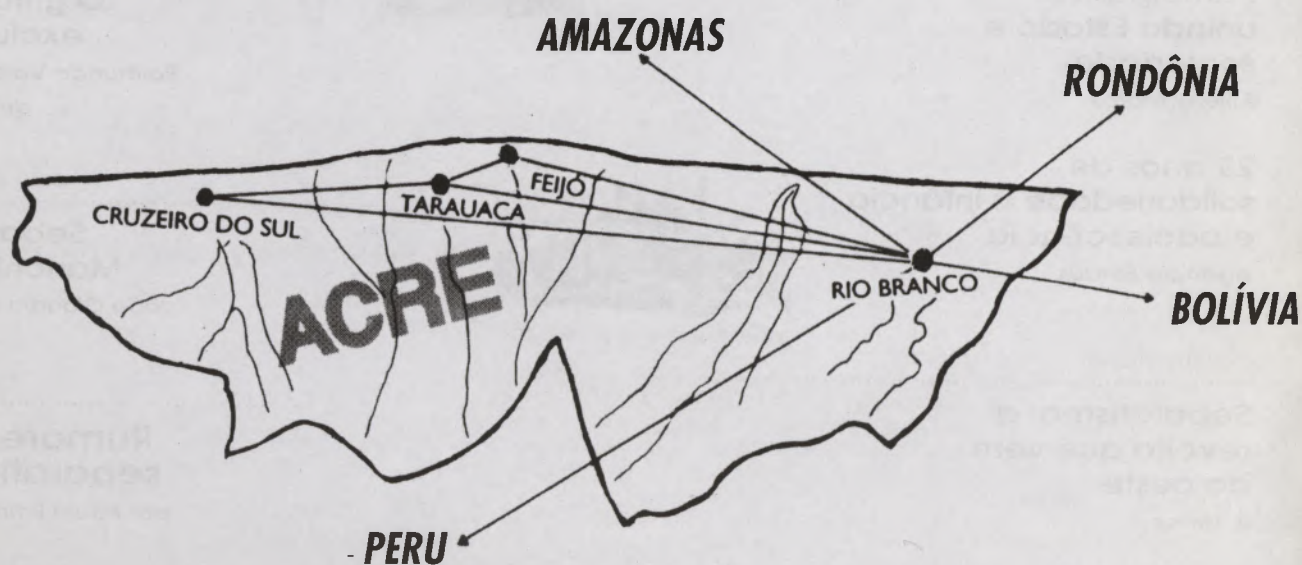
COLETIVO DE EDUCADORES

Aldalice Otterloo • Cristina Alcântara • Dirk Oelsseman • Elias Araújo • João Claudio Arroyo • Olinda Charone • Rosa Marga Rothe

CONSELHO DE REPRESENTANTES CUT, CBB, FETAGRI, CPB, IECLB, IPAR, IGREJA ANGLICANA, SPDDH, FASE, CIPES, CENTRO 19 DE JULHO, CAMPOS, CPT, NAEA, PROEX/UFPA, MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS, IGREJA METODISTA E CEDENPA.



TAVAJ - LINHAS AÉREAS S/A



TAVAJ - TRANSPORTES REGULARES S.A.

Aeroporto Internacional Presidente Médice

S/N – Hangar "TAVAJ" • tels. PABX (068) 223-2866

Hangar: (068) 224-1578 • (box aeroporto)

fax: (068) 224-3654 • Caixa Postal 484

C.G.C. (M.F.) 04.012.258/0001-69 • Insc. Estadual: 01.40.0982-0

CEP. 69901-320 • RIO BRANCO • ACRE

Editorial

No próximo número

No próximo número estaremos destacando a questão da Zona Franca de Manaus e as lições deste projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Traremos artigo revelador, baseado na tese de doutorado de Rodrigo Peixoto, sobre como se desenvolvem as carreiras políticas no interior do Pará, trazendo ainda matéria sobre a largada pela disputa das prefeituras em 96. Estaremos mostrando por dentro o maior parque nacional do país, o de Jaú no Estado do Amazonas, com mais de 2 milhões de hectares e onde já foram descobertos mais de 600 espécies de pássaros e peixes e, em entrevista exclusiva feita em Macapá, contaremos sobre nossa conversa com Roberto Battochio, ex-presidente nacional da OAB. Além de tudo isso estaremos inaugurando uma seção de ensaio fotográfico sobre a Amazônia, de Miguel Chikaoka. A equipe de jornalistas está cada vez melhor, Lúcio Flávio Pinto, Océlio Morais, J. Ninos, Manuel Silva Lima, José Maria Piteira, Célia Chaves, Luciana Miranda, Gabriela Athias e Paulo Emmanuel entre outros. Cuíra, a revista da cidadania, divulga e participe.

O neoliberalismo de ACM e FHC

O episódio da intervenção no secular Banco Econômico, além de ser exemplo primoroso da, também secular, conduta e competência de nossas elites, revela a consistência com que o neoliberalismo é praticado por duas das mais importantes personagens atuais da república, o senador Antônio Carlos Magalhães e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Todo o discurso neoliberal em torno da defesa do mercado como único e definitivo regulador da economia sucumbiu assim que o grupo de técnicos do Banco Central decidiu pela intervenção na maior instituição financeira da Bahia, terreno de ACM.

Os caprichos do destino fizeram com que aquele que é a principal arma dos neoliberais, o mercado, decretasse impiedosamente a falência financeira e moral de um grupo aliado do governo federal. Imediatamente ACM e, cedendo as pressões FHC, que defendiam a privatização indiscriminada da economia, particularmente de instituições de cunho social como as de saúde e educação, passaram a defender a estatização. Estranho liberalismo às avessas este em que se é estatal e dá lucro, privatiza-se; se é privado e dá prejuízo, estatiza-se.

O neoliberalismo, revela-se, mais uma vez, apenas como um recurso retórico no lugar do que seria uma plena convicção doutrinária. O mais grave é que não se para por aí, desde os absurdos "subsídios" dados aos usineiros do nordeste até a compra de 100 caixas de absorvente feminino pelo STF com dinheiro do Fundo Social de Emergência, não se vislumbra iniciativas eficazes mesmo nestes tempos de governos tidos como progressistas.

Por essas e outras que conquistamos, segundo relatório do Banco Mundial, o primeiro lugar em concentração de renda do planeta e se explica por que existem mais de 30 milhões de famintos na 10ª economia da Terra. Fica cada vez mais claro que muito pouco poderá ser feito dentro da lógica de Estado, submetida aos interesses políticos de ocasião. A única saída disponível não é a mera privatização do que é estatal, mas sua publicização, ou seja, tornar realmente público o que é Estado, ou ainda, fazer o público tomar o estatal, através do exercício consciente da cidadania por dentro de suas organizações.



**Dez anos fazendo tudo
pelo seu sorriso!**

***A primeira locadora a colocar o
cliente em primeiro lugar!***



(091) 241-3535

Av. Gov. José Malcher • Belém • Pará

CARTAS & NOTAS

Quem fica com Salobo?

Até agora, Marabá é o município do sul do Pará que mais tem ganhado pontos na briga pela cobiçada usina de beneficiamento de cobre do Projeto Salobo da Vale do Rio Doce. Tem o apoio do governador Almir Gabriel e parecer favorável dos técnicos que estudaram a região. Parauapebas, contudo, ainda não saiu de cena. O prefeito do município, Francisco Alves, ameaça a Vale com denúncias de irregularidades no projeto de saneamento básico que está sendo financiado pela companhia, em Parauapebas, caso a usina seja implantada em Marabá. Francisco Alves, vereadores e entidades dizem também que Parauapebas pode sair da Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins (Amat), que é presidida pelo prefeito de Marabá, Haroldo Bezerra.

Dólares do G-7 para o Museu Goeldi

O atual plano diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) aprovado em 1992, foi um dos itens decisivos para a escolha dele como futuro centro de excelência de produção científica na Amazônia (veja reportagem na página 12). A estratégia de pesquisa científica definida pelo Museu, para os próximos dez anos, tem muito em comum com as diretrizes do Plano para a Conservação das Florestas Tropicais, que tem financiamentos do G-7 (o grupo dos sete países mais ricos), e vai permitir "que a instituição caminhe a passos largos para abordagens processuais" sobre a realidade amazônica. Para se transformar em centro de excelência de pesquisa na Amazônia, o MPEG deverá receber cerca de US\$ 5,4 milhões. Desse total, apenas US\$ 1,1 milhão vem do governo brasileiro. A maior parte do financiamento vem do banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e outras instituições estrangeiras. Em maio passado, o governo federal liberou R\$ 250 mil de sua contrapartida ao projeto. (JMP)

8 NOV 1995

Pesquisa Unicef

O Fundo das Nações Unidas para a Infância — Unicef está concluindo pesquisa nas capitais dos Estados da Amazônia sobre a saúde da criança e da mulher. O trabalho realizado em parceria com as secretarias municipais de saúde, visa ajudar os municípios na elaboração de políticas públicas. Segundo Vilma Cabral, do Unicef, responsável pela pesquisa, a falta de dados é sempre apontada como dificuldade para a elaboração de políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente, daí a iniciativa do Unicef. "Nós vamos agora realizar uma oficina com os técnicos das secretarias de saúde desses municípios para cruzar os dados e ver de que maneira eles vão ajudar na elaboração de políticas públicas." Dados do IBGE/Unicef mostram que 94,8% das crianças dos Estados da Região Norte moram em domicílios com esgoto inadequado e 65% delas não utilizam água tratada.

Real intranquilidade para o trabalhador

A pesar de toda badalação em torno das comemorações pelo aniversário do Real, o trabalhador brasileiro não participou da festa. Na briga entre preços e salários ele amargou queda do poder aquisitivo e não teve motivos para brindar. Com as novas medidas do plano, sobra para o assalariado incertezas e preocupação. Assim pensa o coordenador técnico do Dieese/PA, Roberto Sena. No seu balanço sobre o Plano Real, Sena esclarece que apesar da queda da inflação, ainda é cedo para falar em estabilização. Uma taxa mensal de 2,5% sinaliza uma inflação de 34% ao ano, nível dez vezes maior que o de países onde há estabilidade econômica. Além de que "a queda na inflação não significa que os preços não subiram". No setor de serviços os preços ficaram descontrolados. Enquanto a inflação do real (julho de 1994 a julho de 1995) foi de 35,30%, alguns preços nesse setor cresceram mais de 80%. Quanto a novas medidas do real, Sena acredita que teremos um quadro recessivo neste semestre que deve aumentar a taxa de desemprego. "Temos hoje cerca de 66 mil pessoas desempregadas na grande Belém, com um mercado informal de aproximadamente 200 mil pessoas. A curto prazo não se vislumbra qualquer política governamental que venha reverter esse quadro." A nova política salarial com a desindexação dos salários, analisa Sena, vai trazer um prejuízo maior para os trabalhadores, pois não prevê um período de transição para que todas as categorias reponham o IPC-r desde sua última data base. A livre negociação também parece suspeita para Roberto. "A livre negociação é uma bandeira dos trabalhadores, mas ela pressupõe igualdade de condições e isso é que é difícil. Os grandes sindicatos vão conseguir alguma coisa, já os pequenos vão ter dificuldades." Para o presidente da Fiepa/PA, Flexa Ribeiro (em entrevista ao programa Bom Dia Pará), os ajustes econômicos não podem ser feitos sem sacrifícios: "toda sociedade está envolvida nisso, não é apenas o assalariado". Mas Roberto Sena lembra que até hoje, a classe trabalhadora "só tem dado sua contribuição e não tem retorno. É preciso aliar o desenvolvimento econômico com crescimento social."

Saiba mais sobre a Amazônia. Leia

no Amapá:

FOLHA DO AMAPÁ

(096) 223-1977

no Acre:

Página 20

(068) 224-1327

CPT denuncia: aumentam as chacinas contra trabalhadores

Apenas entre os dias 6 e 9 de agosto passado, aconteceram três chacinas contra trabalhadores rurais, documentadas pela Comissão Pastoral da Terra, resultando em 14 mortos e dezenas de feridos. A primeira ocorreu em São João do Araguaia (PA), no dia 6, onde quatro posseiros foram assassinados e um ficou gravemente ferido pela polícia civil e empregados da fazenda Agropastoril e Extrativa do Brasil S/A. No dia 7, o segundo a CPT, a serviço de Abel Cunha, proprietário da fazenda Pindoba em Capim, município de Mamanguape (PB), atirou contra um grupo de posseiros, um morreu, vários ficaram feridos. Nove de agosto, doze(12) trabalhadores rurais que ocupavam a fazenda Santa Ilina no município de Corumbiara (RO) foram assassinados com requinte de crueldade por 120 policiais que cumprindo ordem judicial entraram em confronto com 700 famílias do MST. Segundo Luís Cláudio, coordenador da CPT/RO, cerca de 10 pessoas estão desaparecidas entre adultos e crianças. Segundo o secretário executivo da CPT, Irio Luiz Conti, a violência na área rural aumentou consideravelmente no primeiro semestre de 1995. "Foram uma série de despejos, assassinatos, trabalho escravo, inclusive de crianças..." Irio diz que as chacinas não são casos isolados e refletem a falta da implantação de uma Reforma Agrária Integral. Em nota de denúncia e repúdio enviada a entidades e autoridades, a CPT pediu "medidas urgentes para acabar com a violência e a impunidade e para a implantação efetiva da Reforma Agrária". Divulgou ainda, um quadro dramático que mostra as chacinas que vem ocorrendo nos últimos anos em todo o Brasil, onde sobressaem os Estados do Pará e Mato Grosso como os mais violentos.

Chacinas documentadas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT

Nº	data	identificação	município	UF	nº de mortos
01	28/03/88	massacre índios Tikuna	Benjamin Constant	AM	14
02	03/02/94	família Magave	Amapá	AP	05
03	02/07/83	Terra Firme	Canavieiras	BA	04
04	16/03/84	Serra da Onça/fazenda Boa Esperança	Santa Luzia	BA	03
05	09/06/86	fazenda Jandaira	Trairi	CE	03
06	/06/81	fazenda Cachoeira	Crixás	GO	04
07	11/02/87	Aldeia Sapé	Itacarambi	MG	03
08	/01/87	fazenda Pena Verde	Ribas do Rio Pardo	MS	05
09	17/01/87	fazenda Santa Maria	Alta Floresta	MT	03
10	/ /89	fazenda Reunidos	Aripuanã	MT	05
11	15/10/90	União e Pingo d'Água	Terra Nova do Norte	MT	04
12	/ /79	fazenda Camaçari	Luciara	MT	03
13	25/10/84	Gleba Mirassolzinho	Jauru	MT	03
14	22/12/86	Gleba Mirassolzinho	Jauru	MT	05
15	22/12/83	Castanhal dos Mutran	Marabá	PA	04
16	13/08/87	Castanhal dos Mutran	Marabá	PA	03
17	13/06/85	Castanhal Ubá	São João do Araguaia	PA	05
18	18/06/85	Castanhal Ubá	São João do Araguaia	PA	03
19	/06/85	Castanhal Fortaleza	Marabá	PA	04
20	27/09/85	fazenda Princesa	Marabá	PA	05
21	03/09/87	fazenda Barreiro Preto/Marajoara	Xinguara	PA	03
22	24/10/87	chacina de Goianésia	Rondon do Pará	PA	03
23	29/12/87	chacina de Serra Pelada	Parauapebas	PA	*30
24	17/06/93	fazenda Esmeralda	Tailândia	PA	04
25	12/09/93	fazenda São Sebastião	Tucumã	PA	04
26	03/06/87	fazenda São Felipe	Pimenta Bueno	RO	06
27	27/06/87	fazenda Belo Horizonte	Jaru	RO	03
28	09/08/95	fazenda Santa Elina	Corumbiara	RO	09
29	31/03/87	protesto de agricultores	Sarandi	RS	**03
30	/02/89	fazenda Santa Elmira	Salto do Jacuí	RS	***06
31	/08/93	chacina dos Yanomami	Aldeia Haximu	RR	16
32	07/03/86	fazenda Vale do Juari	Colméia	TO	03

Fonte: Setor de Documentação da CPT/Nacional - agosto, 1995

Obs.: Considerando como chacina, a partir de três assassinatos numa mesma data.

Legenda: * Número indeterminado, podendo chegar a 30 mortos e 133 desaparecidos.

** Mortos num acidente criminoso.

*** Avião pulveriza, propositalmente, agrotóxico sobre o acampamento, provocando a morte de seis crianças.

Mulheres em Beijing

Mulheres paraenses foram a Pequim, capital da China, participar do mais importante evento do calendário feminista: IV Conferência Internacional sobre Mulher e Desenvolvimento, que acontece de 9 a 15 de setembro. Eunice Guedes, Sandra Brandão, Graça Gama e Gracinda Magalhães estão entre as 300 mulheres que participam do encontro. Elas levam propostas definidas no Encontro de Preparação rumo a Pequim, sobre questões como saúde, discriminação, exploração da mulher no trabalho, entre outros. O evento, que coincide com os 50 anos da ONU, reunirá cerca de 36 mil mulheres de todo o planeta.

Documento expõe crise na Fase

Num documento divulgado a várias entidades, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional "Fase", esclarece as medidas tomadas pelo órgão em função da crise financeira que afeta as organizações não-governamentais. A Fase depende quase que exclusivamente de recursos externos e com a desvalorização do real para o dólar, amargou uma súbita desvalorização nas suas receitas. Resultado: fechou postos, cortou atividades e pessoal. Apenas entre dezembro de 94 e junho de 95, 53 postos de trabalho foram fechados e o número de demissões chegou a 59. Foi extinto o Programa de Trabalhadores Urbanos com o fechamento da sede em São Luiz e das frentes de trabalho em Porto Alegre, Manaus e Rio de Janeiro. "A Fase foi obrigada a interromper trabalhos com bom potencial e demitir pessoas experientes e de grande valor. Mas a estrutura vertebral da entidade não foi quebrada e permanece a energia para continuarmos e reconstruirmos o que hoje perdemos", diz José Eduardo Davedra Durão, da diretoria executiva nacional da Fase.

A mais confortável e completa livreria de Belém

A única a dispor de estacionamento próprio.



NOSSA LIVRARIA

**Rua Dr. Moraes, 604
entre Conselheiro e Mundurucus
fones: (091) 223-4582 • 223-4376
223-4378 • fax: 223-4408**

Querem liquidar o Banco da Amazônia - Basa

Por essa o Ministério da Fazenda não esperava. Seu titular, Pedro Malan, foi surpreendido no último dia 10 de agosto com o vazamento do teor da Nota Técnica 020, de caráter estritamente sigiloso, que caíra sobre nossas cabeças como uma bomba. Elaborada com um pretexto de promover "definição de funções e parâmetros de ajustamento" nas instituições financeiras públicas federais, a Nota propõe uma reestruturação geral no Banco da Amazônia (Basa) e sua transformação em mero escritório de repasse de recursos federais para o norte do país. Isso quer dizer, caso sejam efetivadas as medidas, que o banco terá sua rede de agências extinta e, por tabela, sua função de agente promotor do desenvolvimento regional, totalmente comprometida. A reação veio em cadeia. No último dia 14, uma reunião ampliada com parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil, liderada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), CUT, Associação dos Aposentados do Basa (AABA), Associação dos Empregados do Basa (AEBA) e Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá (SEEB-PA/AP), aprovou a criação do Comitê de Desenvolvimento da Amazônia e de Fortalecimento do Basa, cuja coordenação ficou inicialmente a cargo da Fetagri, Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), AABA e AEBA. Sua função é

mobilizar os segmentos organizados da sociedade civil e dessa forma constituir uma ampla frente para pressionar o governo federal no sentido de que não seja adotada nenhuma medida que cause prejuízos ao banco e, consequentemente, à região. Segundo a coordenação do comitê, o que se pretende é mobilizar e alertar a sociedade para os prejuízos que sofrerá a região amazônica, se a

proposta do Ministério da Fazenda sair do papel para a prática. A intenção do governo é reservar a atuação do banco à administração do FNO, concentrando no atendimento a pessoas jurídicas. Um contrasenso, numa região cujos principais agentes econômicos são os pequenos produtores rurais, pescadores e silvicultores. E caso o banco passe a operar apenas com pessoas jurídicas, esses agentes serão fatalmente excluídos do acesso ao crédito. (Célia Chaves)



Entidades se reúnem pelo fortalecimento do Basa

FOTO: LUCIVALDO SENA

Triste estatística

O Pará é responsável por 80% dos casos de trabalho escravo registrados no país pela Secretaria de Fiscalização do Trabalho. Das 40 denúncias que a secretaria investigou no ano passado, 32 foram feitas no Estado. Segundo o professor da USP, José de Souza Martins, que pesquisa o trabalho escravo no Brasil, 70% dos cerca de 85 mil trabalhadores escravos que existem no país estão em fazendas no sul do Pará e norte do Mato Grosso do Sul. No mês passado, fiscais do Ministério do Trabalho encontraram 30 trabalhadores da fazenda da Porta do Amazonas, município Vila Rica, fronteira de Mato Grosso com os Estados do Pará e Tocantins que trabalhavam 12 horas por dia em troca de um prato de comida. O Executivo parece está se sensibilizando com esta situação, o presidente Fernando Henrique prometeu em seu discurso do dia 7 de setembro, sanções para os empresários que andam desrespeitando as Leis Trabalhistas. Vetar empréstimos e financiamentos e até confiscar propriedades, são algumas das medidas que o governo de Fernando Henrique vai tomar para tentar coibir este tipo de crime.

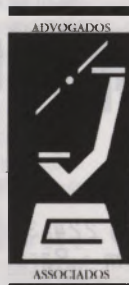
Funpapa não cumpre o Estatuto

A Fundação Papa João XX que desenvolve trabalho com adolescentes vem sendo acusada de não cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No mês passado, o Centro de Defesa do Menor (CDM) entrou com uma representação na Procuradoria Regional do Trabalho contra a instituição. O CDM denuncia que a Funpapa, através do Grupo de Iniciação ao Trabalho, não está respeitando os direitos trabalhistas e previdenciários dos 1.100 adolescentes que participam do projeto. Eles trabalham 4 horas por dia e recebem meio salário mínimo, mas não tem carteira assinada. A ação do CDM, respaldada com o apoio de 15 entidades, que subscreveram a representação, (entre elas, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Fórum Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente, CUT, Central de Movimentos Populares e Osab) pede a anulação do aval concedido pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (Comdac) que permitiu que os adolescentes participassem do GIT. A presidente da Funpapa, Adelaide Soares se disse indignada com a atitude do coordenador do CDM, pe. Bruno Sechi e alega que não pode exigir que as empresas assinem a carteira dos meninos: "como posso pedir para assinar a carteira de um menino que não sabe fazer nada? Ele vai contratar outro", argumenta ela. "O CDM não é contra o trabalho, muito pelo contrário, apenas queremos que os adolescentes tenham carteira assinada para que seus direitos sejam respeitados", rebate a advogada do CDM, Joseane Barbosa.

• Direito Sindical • Direito do Trabalho

Jarbas Vasconcelos do Carmo
OAB/PA - 5206

João José Soares Geraldo
OAB/PA - 4842



Direito Administrativo • Ações Acidentárias

Núbia Soraya da Silva Guedes
OAB/PA - 6418

Meire Araujo Costa
OAB/PA - 6551

Ana Kelly Jansen de Amorim
OAB/PA - 6535

Rua Manoel Barata, 532 • Ed. Cosmorama, 2º andar, salas 209 / 211 • CEP. 66019-000 • Fone: 224-2075 / 222-5399 • Fax: (091) 225-1357 • Belém - PA.

Jornalismo não é exceção

Quem não lembra a polêmica entre bacharéis em Direito e os rúbulas, sobre a exigibilidade ou não de diploma para o exercício da advocacia? Hoje a polêmica se reedita com jornalistas egressos das faculdades de jornalismo. A argumentação básica é de que ser jornalista é algo inerente e vocacional, dispensável portanto a faculdade de comunicação para ensinar e escrever. Escreve bem quem sabe, é como o poeta e a sua fina arte da poesia. Mas qual a profissão que não deve ser inerente e vocacional?

A polêmica foi a Justiça e ainda vai render. Jornalistas considerados irregulares arguíram a inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 972/69, que regulamenta a profissão de jornalista. Consideraram que o decreto-lei cerceia a liberdade de manifestação de opinião e o exercício profissional — princípios fundamentais consignados na Constituição Federal de 1988. Uma juíza da Justiça do Trabalho assim também entendeu e concedeu liminar a um grupo de jornalistas sem registro profissional para a manutenção do emprego.

Decisão judicial não se discute. Recorre-se. Portanto, são necessárias algumas colocações sobre a discutida inconstitucionalidade da referida Decreto-Lei e sobre a formação técnica e ética do jornalista.

Liberdade de informação — A Constituição Federal assegura, efetivamente, nos artigos 5º, IX, a liberdade de expressão e comunicação, e o artigo 220 consolida o princípio ao afirmar que "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e informação, sobre qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição". É o princípio fundamental da liberdade de pensamento e de informação.

Ameaças de exclusão do emprego diante da fiscalização do Sindicato dos Jornalistas do Pará, os irregulares invocaram aquele princípio e mais a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, também assegurado no artigo 5º, XIII, da Constituição Federal.

Mas toda liberdade tem limites e toda profissão

sua regulamentação. A própria Constituição impõe os limites e prevê regulamentação. Vejamos:

A regulamentação — Ao afirmar que nenhuma Lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social (artigo 220, parágrafo 1º), a Constituição Federal, no mesmo artigo faz a ressalva: "observado o disposto no artigo 5º, XIII". Este artigo consigna o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, mas atendidas as qualificações profissionais que a Lei estabelecer.

Ora, no caso dos jornalistas profissionais, a Lei que regulamenta a profissão é o Decreto-Lei 972/69, uma nova regulamentação pelo decreto nº 83.284/79, alterado pela Lei 7.360/85. Portanto não há que se falar em inconstitucionalidade do decreto, vez que está em plena vigência e em nada contraria o dispositivo constitucional, que exige a regulamentação específica para o exercício da profissão.

O artigo 4º do Decreto-Lei 972/67 e o artigo 4º do decreto 83.284/79 informam a condição obrigatória para o exercício da profissão de jornalista: "Ser formado em comunicação social, com habilitação em jornalismo, por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da Lei". Evidente que a Lei protege o direito adquirido dos profissionais que já exerciam a profissão antes da regulamentação da profissão.

Não se pode negar a liberdade de exercício de qualquer profissão. Mas, é elementar que — pela própria garantia do exercício da profissão — é indispensável a regulamentação legal, da qual decorre direitos e deveres, responsabilidades civil e criminal. Assim é com o médico, o advogado, o sociólogo, o psicólogo etc. Por que tem que ser diferente com o jornalista?

A ética — É verdade que a profissão de médico pressupõe o permanente risco de vida. É certo também que advocacia não pode prescindir do intérprete de uma matéria revolucionária e dinâmica como é o Direito. Mas também é absolutamente indispensável a qualificação técnica e a formação ética para o jornalista

exercer a profissão. Claro que temos exceções: excelentes jornalistas que não passaram por banco de Faculdade, a recíproca é verdadeira em qualquer profissão.

Mas o jornalismo — para quem pensa criticamente a transformação da sociedade ou pelo menos sonha com um mundo mais humano e societário — faz da profissão um ofício especialíssimo, que requer, inelutavelmente, capacitação técnica, qualidade profissional e formação ética.

Jornalismo e a vida — O jornalista trabalha com o fato e com as idéias. As idéias revolucionam ou massificam. Se a informação não for responsável e eticamente trabalhada, deturpará a verdade e opiniões, mantendo o status quo ante. Deturpar a informação é o mesmo que sonegá-la e isso se constitui num delito contra a própria sociedade.

O jornalismo mexe, assim, com uma universalidade, com o coletivo, com interesses difusos da sociedade. Mexe com bens sagrados: a vida é um deles. O jornalismo bem desempenhado, pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, ética e equitativa. Ao contrário, continuará legitimando situações injustas e fazendo acreditar que a violência (física ou moral, relativa ou absoluta) já são cenas comuns de nossas vidas. Por isso, jornalismo não é brincadeira e não pode ser feito a três por quatro.

Todavia, a discussão do diploma para jornalista tomou um caminho errado e está causando também um debate equivocado. A questão não é o diploma. Se assim fosse, discutiríamos todos os diplomas de alguns milhares de péssimos profissionais. Diploma não capacita ninguém, é, no máximo, pressuposto de capacitação. Portanto, a discussão deve ser a capacitação técnica e a formação ética que os jornalistas egressos das faculdades deveriam receber. Aqui estaria a diferença. Se as faculdades não capacitam, a discussão é outra: é o modelo de ensino, é estrutural que atinge a todos. O jornalismo não é exceção.

Océlio Moraes

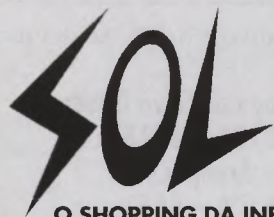


SOL, A LOJA

DE QUEM É

CUÍRA POR

COMPUTADOR



O SHOPPING DA INFORMÁTICA

Travessa Dr. Moraes, 584 • tel. (091) 224-3355 • PABX/fax: (091) 224-3355
Belém • Pará

Quem te viu, quem te vê.



1982

João Marques em um ato público pelo direito de morar, quando militante no Movimento de Direitos Humanos

1995

As voltas com uma das instituições que mais desrespeita os direitos do cidadão

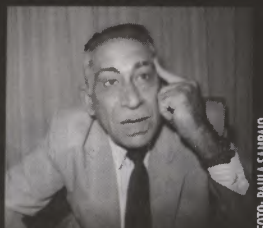


FOTO: PAULA SAMPÃO

Você sabia?

- * Que 15% da população Yanomami foi dizimada por doenças e assassinatos? (CIMI)
- * A fazenda do empresário Robertto Lunardelli a 7 km de Parauapebas/PA abrange uma área de 38 mil hectares?
- * O município de Novo Airão, no Amazonas, é o que possui a maior taxa de analfabetismo entre adolescentes no país - 58,8% dos jovens de 11 a 17 anos não sabem ler e escrever? (Unicef)
- * Em Paragominas/PA a taxa de mortalidade infantil é a mais alta do Estado - 92,3 mortos para cada mil nascidos vivos? (Unicef)
- * Mais da metade das mulheres em idade fértil (15 a 49) do município de Rio Branco - AC (52,5%) fizeram laqueadura. E apenas 2,7% utilizam preservativos como método contraceptivo? (Unicef)

Comício

Cena vergonhosa, de total desrespeito aos direitos de expressão do cidadão, foi o que aconteceu no último dia 7, em São Félix do Xingu (PA). A população foi impedida de realizar o "Grito dos Excluídos" — manifestação pacífica promovida pela CNBB em caráter nacional — em pleno Dia da Independência *** O delegado José Quintino Leão, em mais uma demonstração da arbitrariedade e abuso de poder que impregnam a Polícia Militar, comandou os soldados que agrediram manifestantes, rasgaram faixas e cartazes, confiscaram máquinas fotográficas e ainda não satisfeitos, prenderam o pároco, Danilo Lago *** O arcebispo de Belém, dom Vicente Zico e o bispo do Xingu, dom Ewin Krantler, indignados recorreram ao secretário de Justiça, Aldir Viana, para que tome providências urgentes contra os autores do "atentado à Igreja e à Nação" *** É por essa e outras que a imagem da polícia está cada vez mais manchada para a sociedade. Em Manaus(AM), a PM de tão corrupta e violenta foi extinta. E em todo país o que não faltam são escândalos para indignar a população *** Em Rondônia, o governador Valdir Raupp culpa o PT pelo massacre que a PM praticou em confronto com mais de 700 famílias de Sem-terra no município de Corumbiara, com saldo de 14 mortos, centenas de feridos e cerca de dez desaparecidos *** Raupp rompeu com o Partido dos Trabalhadores, que segundo ele tem incentivado as invasões dos Sem-terra. O governador diz que só vai se posicionar sobre a chacina em Corumbiara após a conclusão das investigações *** Que o Pará carregue a triste estatística de Estado onde mais se pratica violência no campo, todo mundo sabe (de 1964 a 1990, mais de 250 assassinatos contra trabalhadores rurais). A novidade é que o secretário de Segurança Pública, Paulo Sete Câmara, horrorizado com o relatório do Núcleo de Inteligência Policial (NIP) sobre conflitos de terra no sul do Pará (ainda não divulgado), criou a Delegacia de Conflitos Agrários (DCA) *** A esperança é que o DCA (ainda a ser implantada) utilize profissionais preparados e qualificados para que ela não seja mais um instrumento oficial de agressão e violação dos direitos humanos.

A G E N D A

Estes são os principais eventos promovidos por movimentos, entidades e ONGs nos meses de setembro e outubro. Agende-se:

SETEMBRO

- **Dias 4 a 7** — "Modernidade brasileira e os novos rostos da missão" é o tema da Assembléia Regional da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) que acontece no Centro Educandário Sagrada Família;
- **De 5 a 8** — Acontece, no Ipar, a XXVI Assembléia de Pastoral da CNBB - Regional Norte 2. Objetivo avaliar e aprovar as novas prioridades para orientação da Ação Pastoral;
- **Dia 6** — Tem análise de conjuntura no Instituto de Pastoral Regional/PA (Ipar), de 19 às 21:30h;
- **De 9 a 15** — Mulheres de todo o mundo reúnem-se em Beijing, na China, para a IV Conferência Internacional sobre Mulheres e Desenvolvimento. A delegação brasileira conta com a participação de 12 paraenses;
- **De 18 a 22** — O Ipar promove curso livre sobre Urbanização ministra-

do pelo professor Dário Azevedo, com assessoria de técnicos do Núcleo de Atos Estudos Amazônicos (NAEA). Informações pelo fone: 223-30;

- **De 18 a 23** — Mostra de filmes e debates no Cine Líbero Luxardo. A promoção é da Secult e Cedenpa e faz parte da programação Zumbi 300 anos. Entrada franca.
- **De 27 a 30** — A Partners Brasil e Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) promovem no Rio de Janeiro o seminário internacional "Fortalecimento de Organizações Não-governamentais" que vai discutir a importância da capacitação das Ongs. Marketing e desenvolvimento institucional, mobilização e capacitação de recursos estão na pauta do encontro.
- **Cursos da Unipop: de 04 a 29** — "Planejamento: o cotidiano da ação educativa". De 11 a 22 mini-curso "Os Evangelhos".

OUTUBRO

- **De 11 a 13** — A Pastoral da Juventude da Igreja Luterana promove a "Semana da Juventude", com seminários, debates e programação cultural voltada para crianças e adolescentes;
- **Cursos da Unipop: de 16 a 27** — oficina "Análise de Conjuntura". De 16 a 20 — mini-curso: "A Bíblia e Meio Ambiente";
- **Dia 4** — Análise de Conjuntura, das 19 às 21 h no Ipar;

- **De 3 a 16** — também no Ipar, curso intensivo de Teologia Pastoral para leigos;
- **De 25 a 27** — A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) promove, em Recife, o seminário "Cooperação, Desenvolvimento e Gênero".



"O museu mais visi-

tado do Brasil é

agora um Centro de

Excelência prestes a

se tornar a maior

referência no mundo

sobre estudos da

Amazônia"

Museu Emílio Goeldi Um centro de pesquisa para o século XXI

José Maria Piteira*

Enquanto a morte accidental de 121 tartarugas, ocorrida no dia 7 de julho, no Parque Zoológico do Museu Emílio Goeldi, em Belém, multiplica-se diariamente em matéria-prima para reportagens, muitas delas sensacionalistas, e comentários jocosos na imprensa local, a centenária Instituição Paraense de Pesquisas Biológicas prepara-se para se transformar em um dos mais importantes e respeitados centros de estudos de florestas tropicais do mundo. Junto com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), sediado em Manaus (AM), o museu fundado por Domingos Soares Ferreira Pena, em 1866 (veja box), foi escolhido para ser um dos centros de excelência de produção científica da Amazônia. O projeto faz parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, que será executado pelo governo brasileiro com financiamento do G-7 (o grupo dos sete países mais ricos do mundo), através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), da Comunidade Econômica Européia (CEE)

e mais um grupo de países doadores interessados no programa.

Centro de Ciência

O museu vai poder investir no seu fortalecimento institucional, através da recuperação e melhoria infra-estrutural e de equipamentos, ampliação e capacitação de seus recursos humanos e na maior difusão das informações científicas que acumula.

Algumas dessas mudanças já estão em pleno curso, como as obras de reforma e ampliação da rede infra-estrutural do órgão. No Parque Zoológico, no centro de Belém, já está em reforma o prédio da biblioteca "Clara Galvão", enquanto no Campus de Pesquisa, na Avenida Perimetral, serão construídos os prédios novos para os departamentos de Ciências Humanas, Ciências da Terra e o prédio da diretoria. Também o Departamento de Museologia terá o seu espaço, com a reforma de um outro prédio hoje subutilizado. "Só um projeto dessa envergadura poderia

dar as condições suficientemente adequadas ao redimensionamento que sempre sonhamos para o museu", empolga-se o diretor adjunto de Pesquisa, o antropólogo Antônio Carlos Magalhães (não confundir com o senador), de 44 anos, 17 deles dedicados à instituição.

Ao mesmo tempo que amplia e aparelha sua infra-estrutura, o Museu Goeldi começa a redefinir seu trabalho de pesquisa científica. "As linhas de pesquisa do museu sofrerão transformações profundas, e creio que há espaço para a implantação de linhas de pesquisa que hoje sequer são pensadas, mas que a dinâmica sócio-econômica e cultural da Amazônia poderá requerer no futuro", anuncia Antônio Carlos. Em um primeiro momento, em seminário interno realizado no início de agosto, todos os departamentos do museu apresentaram e discutiram suas atuais linhas de pesquisa e projetaram os desafios que têm daqui para frente. A meta é definir um planejamento minucioso de pesquisa para os próximos dez anos. Com a participação de consultores externos, tanto do Brasil como de outros países, um próximo seminário será realizado na segunda quinzena de setembro, quando esse planejamento finalmente será definido.

Difusão científica

Mas o Museu Goeldi não discute apenas um novo planejamento de pesquisa: quer, na verdade, redefinir sua política científica de tal forma que corresponda aos desafios que terá como centro de excelência de pesquisa científica na região. Para isso, pesquisadores e a direção discutem os programas de pós-graduação que mantém com a Universidade Federal do Pará, o gerenciamento e a manutenção da Estação Científica Ferreira Pena, na Reserva Florestal de Caxiuanã (veja box), o gerenciamento das ricas coleções científicas que possui e a necessidade de permanente atualização científica da instituição, através do intercâmbio com outros centros de pesquisa nacionais e estrangeiros.

Difundir os resultados de seu trabalho e buscar maior interação com o mundo científico e com a sociedade amazônica é outra grande meta do museu. A teleinformatização da biblioteca central do órgão será um dos instrumentos a ser usado com esse objetivo, tanto para agilizar o acesso e consultas ao seu próprio acervo, como para acessar aos bancos de dados de outros centros de pesquisa. Também o Parque Zoológico exibirá mais atrações aos visitantes, como novas exposições de trabalhos científicos produzidos pelos pesquisadores, com a participação direta dos seus autores. Para isso, o Parque passará por uma reformulação profunda, não apenas na atual disposição física do seu acervo científico, mas no sentido de redefinir uma nova organização espacial e novos mecanismos de difusão científica que permitam uma interação direta e mais dinâmica com os visitantes e com a sociedade como um todo. "Quero fazer a comunidade participar das atividades do Museu, inclusive indicando os tipos de serviço que espera dele", garante a nova diretora do órgão, a antropóloga paulista Adélia de Oliveira Rodrigues, 56 anos, no Pará desde 1968. Ela reativou a diretoria adjunta de difusão do museu e pensa até em criar uma espécie de conselho interno, com



Adélia Rodrigues: diretora do Goeldi, quer maior interação com a sociedade e defende conselho com participação popular.

O que é o Programa Piloto?

O Programa Piloto constitui-se em um conjunto de atividades integradas que tem como objetivo fortalecer e maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais brasileiras, de forma consistente, visando ao desenvolvimento do país. É um programa extenso, constituído de quatro subprogramas: Política de Recursos Naturais, Projetos Demonstrativos, Manejo de Recursos Naturais e Unidades de Conservação e Ciência e Tecnologia. Como centros de ciência,

o Museu Goeldi e o Inpa integram o subprograma de Ciência e Tecnologia, que pretende promover a geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes para a conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia, através de apoio a projetos de pesquisa e ao fortalecimento das atividades administrativas, gerenciais, infra-estruturais e de capacitação de recursos humanos das duas instituições. ■

a participação de um representante da sociedade. Por ser o museu mais visitado do Brasil (500 mil pessoas por ano, só perdendo em número de visitantes, no Pará, para a Basílica de Nazaré), ela reconhece que é importante não apenas saber o que pensa e quer essa multidão de visitantes, mas também criar esses instrumentos de interação com eles.

"Ou o Museu Goeldi se refaz agora ou não terá mais condições de se refazer no futuro", afirma o diretor adjunto de Pesquisa, certo de que transformar a instituição nesse centro de excelência de pesquisa não é uma tarefa que dispensa desafios. "O nosso desafio maior será a qualificação de pessoal, pois, nos últimos anos, o museu preparou muito bem seu corpo de pesquisadores, mas não deu a mesma atenção ao corpo técnico-administrativo", preocupa-se a

diretora Adélia de Oliveira. Ela sabe que para se fazer uma boa pesquisa é preciso, entre outras coisas, ter profissionais de apoio competentes. Mas, em recursos humanos, os problemas do museu também são de quantidade: ele precisa, no atual estágio em que se encontra, de pelo menos 87 novos profissionais, para poder funcionar a contento. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pela administração e manutenção do museu, liberou 40 novas bolsas de estudo para pesquisa, gestão e difusão, e o governo federal autorizou a realização de concurso para a contratação de mais 14 profissionais. Ainda assim, esses números ficam longe de satisfazer as atuais e crescentes demandas da instituição.

As limitações financeiras também atormentam o cotidiano da administração e difi-

cultam a rotina de trabalho dos pesquisadores. Os recursos orçamentários previstos para este ano não vão além de três milhões de reais, uma verba quase insignificante para uma instituição com tão vastas atividades científicas, mas que reflete muito bem o descaso do governo com a produção científica e tecnológica, para a qual dispensa menos de 1% do PIB nacional. Não por acaso é considerada como "salvadora" a verba que o museu recebe de fundações privadas e públicas nacionais e estrangeiras com as quais mantém protocolos de parceria em trabalhos científicos. Dessas fontes o museu deverá receber este ano algo próximo de sete milhões de reais. Do Programa Piloto, para incrementar o projeto de centro de excelência de produção científica, há a promessa de outros quatro milhões de reais. ■

Um museu centenário: do idealismo mágico à pesquisa científica

Primero ele foi batizado de Museu Paraense, em 1866, quando foi criado por proposição do naturalista mineiro Domingos Soares Ferreira Pena. Um decreto do então governador Paes de Carvalho passou a denominá-lo de Museu Goeldi, em homenagem ao zoólogo suíço que o dirigiu no período de 1894 a 1921. O nome consensual que carrega até hoje também veio através de outro decreto, assinado pelo interventor Magalhães Barata, em novembro de 1931.

O Museu Paraense Emílio Goeldi surgiu do idealismo de homens que se encantaram com a grandiosidade, as riquezas e os mistérios da Amazônia. Aquilo que começou mais como uma manifestação de curiosidade foi, com o passar dos anos, ganhando características de investigação científica. Começaram inventariando os recursos naturais da região, como as espécies da fauna e flora, rochas e minerais, depois os grupos indígenas, a

geografia e a história da Amazônia. Paralelamente, passaram a organizar coleções científicas variadas, depois expostas à curiosidade pública. A partir de 1894, com o início da administração de Emílio Goeldi, o Museu definiu e intensificou suas linhas de pesquisa, preservando e aumentando seu acervo, ao mesmo tempo que passou a realizar atividades de extensão e difusão científica e cultural.

Mas nem tudo, na história do museu, teve a cor verde da esperança. Houve momentos difíceis, como nos períodos de

1888 e 1890, quando quase foi extinto, de 1921 a 1939, quando, sem pesquisadores, suas atividades foram paralisadas, e no período de 1946 a 1954, quando a falta de recursos para a sua manutenção voltou a paralisar suas pesquisas. Essa sucessão de crises somente foi interrompida a partir de 1955, quando o museu passou a ser administrado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, hoje CNPq.

Ao longo de sua história, o Museu Goeldi se consagrou como um instituto de investigações científicas, cuja finalidade tem sido pesquisar os recursos naturais da região, o homem amazônico e o ambiente físico onde vive, preservar e ampliar os seus acervos e dar subsídios à realização de atividades de extensão e difusão científica e cultural. ■ (JMP)



Visitação: ponto forte desde o início do século

Um ninho de

"cobras" a

serviço da

ciência

José Maria Piteira*



A Estação Científica Ferreira Pena (ACFP), plantada na Reserva Florestal de Caxiuanan, no município de Melgaço, foi concebida para ser uma base de pesquisas de longo prazo, capaz de atender à necessidade da comunidade científica da Amazônia. Com uma área de 33 mil hectares, tem múltiplos ecossistemas, com destaque para a floresta densa de terra firme, florestas de igarapé e de várzea, e até uma campina foi nela descoberta recentemente. Os levantamentos de reconhecimento realizados até agora comprovaram a existência de uma grande riqueza florística e uma fauna variada, inclusive várias espécies de cobras — daí o nome dado pelos índios ao local, caxiuanan ("ninho de cobras") — representando uma amostragem significativa da biodiversidade amazônica.

"Caxiuanan é um laboratório vivo", afirma Antônio Carlos Magalhães, diretor adjunto de Pesquisa do Goeldi, empolgado com a importância que a Estação passa a ter para o museu com o projeto do Programa Piloto. "Ela atinge hoje um ponto de importância inigualável dentro daquilo que se possa entender como sendo pesquisa científica nas ciências biológicas e sociais". Das famílias que antes habitavam a área atual da Estação, cinco foram mantidas em seus locais de moradia, mantendo hoje estreito relacionamento com a ECFP. Além disso, o Museu construiu, na cidade de Breves, uma base de apoio para a Estação e desenvolve projetos ecológicos na região em parceria com as prefeituras locais, como a campanha que combate a poluição dos rios.

Hoje, depois de cinco anos de implantada, a Estação já está perfeitamente encaixada ao projeto que visa transformar o Museu Goeldi em um centro de excelência de produção científica. Para tanto, a direção do Museu vai realizar, no período de 6 a 10 de novembro, na própria Estação, um *workshop* que pretende discutir e definir o programa de pesquisa interdisciplinar da ECFP. "O plano de

manejo é um documento muito importante, onde estarão definidas todas as diretrizes de utilização da reserva: sua finalidade, o que nela pode ser feito, sua organização espacial, definindo áreas para pesquisa, para conservação e aquelas de proteção total", explica o pesquisador Samuel Soares e Almeida, um dos representantes do museu no Conselho Consultivo da Estação. Mas, para ser a Estação planejada por seus idealizadores, o museu ainda vai precisar investir nela mais alguns milhares de reais

no seu aparelhamento, apesar de já dispor de uma infra-estrutura física invejável, com um complexo tecnicamente adequado às exigências do meio ambiente amazônico.

Uma moderna e bem equipada estação meteorológica foi instalada recentemente, e uma torre metálica, distante uns duzentos metros da sede da Estação, já permite aos pesquisadores fazer observações para suas pesquisas. Todo o lixo produzido na Estação é devidamente queimado, a água utilizada passa por uma mini-estação de tratamento antes de voltar ao rio. Mas, apesar de todas as preocupações com o meio ambiente, pelo menos num detalhe a Estação deixa de ser politicamente correta e ecologicamente perfeita: a energia elétrica ainda é produzida por dois geradores movidos a diesel. "Já estamos tomando as providências para mudar esse sistema, deveremos usar a energia solar", garante o pesquisador Antônio Sérgio de Souza, coordenador de campo da Estação.

Mesmo sem estar devidamente aparelhada para as atividades de pesquisa, hoje há cerca de 50 projetos de pesquisa em andamento ou já concluídos na Estação, e são constantes as visitas de pesquisadores de outras partes do Brasil e de outros países a ela. Entusiasmada, a direção do museu sonha mais alto ainda diante da perspectiva de novos projetos de incentivo à pesquisa, a exemplo dos que estão sendo desenvolvidos a partir do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, financiado pelo G-7. "Eu tenho a ambição de ver o museu com mais estações científicas, trabalhando associado ao governo estadual e a outras instituições no sentido de proteger áreas da Amazônia, desse possível avanço dizimador sobre as florestas", concluiu Antônio Carlos Magalhães. ■

* José Maria Piteira é jornalista.

Grito de vitória

Célia Chaves*

Até o final deste ano o Banco da Amazônia (Basa) financiará 25 mil famílias de mini e pequenos produtores rurais da região Norte do país. O acordo firmado com as Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetagris), no último mês de junho, em Belém, fechou mais um ciclo no processo de negociação aberto em 1991 com o Basa, para investimento de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) nos segmentos da pequena produção. Em âmbito regional, foi a mais importante conquista do II Grito da Terra Brasil, manifestação ocorrida no último mês de junho nas principais capitais e cidades pólos do país.

Mas não foram apenas os investimentos assegurados com o banco, a razão pela qual os trabalhadores, no último dia 14 de junho, retornaram às suas regiões levando o gosto da vitória. Eles também assinaram acordos com várias outras instituições.

Os acordos contemplam, parcialmente, as reivindicações da pauta do Grito na Amazônia, que além das questões nacionais, exige nova forma de intervenção do Estado nos contextos agrário e agrícola: cumprimento da lei agrícola, implantação da reforma agrária, fomento, assistência técnica, crédito rural, pesquisa, política tributária e abastecimento; fim da violência; investimentos na educação, saúde, transportes, meio ambiente e energia.

As negociações de âmbito nacional ficaram concentradas nos ministérios da Agricultura, e da Previdência Social, em Brasília. Principal pleito: liberação de dois bilhões de reais para a agricultura familiar a juros de 4% ao ano.

Àquela altura o acordo não foi firmado porque o governo impôs uma taxa de 16%, a mesma cobrada aos grandes proprietários rurais. Somente no dia 18 de julho a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Ministério da Agricultura chegaram ao consenso, firmando um acordo nas seguintes bases: liberação de 1,6 bilhão para custeio e investimento e taxa de juros de 12% ao ano.

A discussão dos encargos financeiros também causou polêmica nas negociações com o Basa. Apesar das controvérsias, José Roberto Faro, presidente da Fetagri-PA/AP, afirma que tem uma avaliação positiva do acordo, lembrando que nos últimos cinco anos, o número de famílias beneficiadas com recursos do FNO saltou de pouco mais de mil para 25 mil.

Este ano, o Grito adotou um slogan que parece arrancado da alma dos brasileiros: "Por um Brasil sem fome, sem violência e com trabalho". No coração da Amazônia, região Norte do Brasil — onde vivem atualmente dois milhões de trabalhadores rurais produzindo em precárias condições — pulsam a inquietação e a vontade de mudar. Mais que um apelo, o slogan foi uma convocação às autoridades, às instituições regionais e à sociedade, para que firmem um pacto em defesa dos interesses maiores do país e da região.

"Nossa luta objetiva, principalmente, contribuir para a implantação de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, que seja baseado na produção agrícola familiar, e tenha como princípio o respeito e a preservação ao meio ambiente", afirma Faro. Nessa cruzada, os pequenos produtores têm contado com o apoio de importantes entidades da sociedade civil que tam-

bém trabalham nessa perspectiva: Contag, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Nacional dos Seringueiros (CSN), Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Nacional de Pescadores Artesanais (Monape), Movimento dos Sem-terra (MST) e Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Entre as entidades de apoio estão a Cáritas, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comissão da Pastoral de Pescadores (CPP).

Na ponta do lápis

Serão 25 mil projetos para a região, envolvendo recursos da ordem de 200 milhões de reais — "maior volume de recursos já destinados à agricultura familiar na Amazônia" — segundo o assessor da Fase, Inocêncio Gasparim, "mas ainda insuficiente para atender a demanda existente", ressalva o secretário de Políticas Sociais da Contag, Aírton Faleiro. Ambos também têm uma avaliação positiva do acordo e destacam outros aspectos, que do ponto de vista político, significam avanço à luta dos agricultores. Um deles: a criação das comissões regionais, que terão representantes das Fetagris, das agências do Basa e dos órgãos que prestam assistência técnica aos financiados. Objetivo: discutir os problemas relativos ao FNO-Especial, nas respectivas áreas de atuação.

Mulheres também podem conseguir os recursos

Tão importante quanto a criação das comissões regionais será o procedimento opera-

cional que o Basa passará a adotar. Os sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) serão consultados sobre o perfil do produtor que deve ser contemplado com financiamento — ou seja, para obter recursos, o pretendente deve comprovar, junto ao sindicato, que trabalha em regime de economia familiar, isto é, utiliza mão-de-obra familiar, não detém título de área superior a quatro módulos fiscais, reside próximo à área de produção e tem 80% de sua renda familiar proveniente da exploração agropecuária ou extrativista. Essas informações serão repassadas ao banco através de declaração do sindicato, "começando aí um processo de monitoração que vai impedir a saída do crédito para os grandes", afirma Faleiro.

Um outro aspecto, de igual relevância, é que o Basa não apresentou restrições à proposta que inclui as mulheres trabalhadoras rurais entre os beneficiários do crédito. Agora elas podem obter financiamentos, desde que organizadas em associações ou cooperativas. Tanto às mulheres quanto aos homens, as atividades produtivas financeáveis são as mesmas: piscicultura, apicultura, suinocultura, avicultura e manejo florestal (açaí e outros). Afora isso, o banco comprometeu-se a financiar a produção de mudas, frete para distribuição de insumos e as atividades extrativistas: custeio, investimento, equipamentos, entre outras, tendo como garantias a produção acumulada na safra ou o bem financiado.

A polêmica dos encargos

O problema é que a Medida Provisória 1.052, que dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre os financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais — além do FNO, existem os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), gerenciados, respectivamente, pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil — só foi editada pelo governo federal após a assinatura do acordo. Com isso, a proposta de juros de 4% ao ano foi descartada pelo Basa com a justificativa de que não havia índice oficial de correção. Justificativa com a qual os agricultores dizem não concordar já que a Lei 7.827, que regulamentou os Fundos, dá



FOTO: ANTONIO SILVA

"Os pequenos agricultores vão forjando, no grito, as condições para que os governos imprimam um tratamento diferenciado a agricultura familiar"

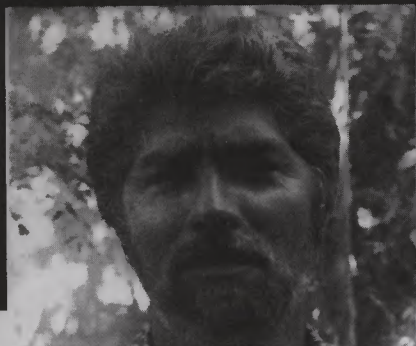


FOTO: PAULA SHAPIRO/KANARÁ KÔ

José Galvão, secretário de Organização da CUT. "Os acordos com o Basa têm sido deturpados e atendidos pela metade"

suporte aos bancos para definir os encargos financeiros.

"Partindo desse princípio, fica a idéia de que o Basa tem plena soberania para definir os encargos, e isso não é verdade", defende-se a presidente do banco, Flora Valadares. Segundo ela, a Lei 7.827 diz em seu artigo 10, que os financiamentos com recursos dos Fundos estão sujeitos ao pagamento de juros e encargos de atualização monetária, e que mais adiante, no artigo 15, atribui ao agente financeiro a fixação de juros, que não devem ultrapassar 8% ao ano. "O Basa tem usado dessa prerrogativa para fixar juros menores aos mini-produtores e micro-empresários, porém, o que não pode é adotar uma taxa deslocada dos parâmetros da política do governo federal e dos níveis da inflação, já que é uma empresa pública, integrante do Sistema Financeiro Nacional."

As operações com recursos do FNO estavam suspensas desde abril passado em virtude da queda da TR (Taxa Referencial) como indexador dos empréstimos agrícolas. "Com a edição da MP foi possível retomar o processo de recebimento e apreciação de novas propostas de crédito, com a vantagem de que a TJLP é bem menor que a TR" — afirma Flora.

Apesar de otimistas, as palavras da presidente não entusiasmaram o dirigente da Contag, para o qual o MP contém "os maiores



FOTO: PAULA SHAPIRO/KANARÁ KÔ

Flora Valadares: superintendente do Basa "Basa sem autonomia para definir os encargos"

absurdos". Faleiro contesta a aplicação da TJLP sobre os encargos, argumentando que a Lei 7.827 diz que o tratamento aos Fundos Constitucionais deve ser diferenciado e compatível com a realidade de cada região. Segundo ele, se for sensível, o Basa poderá negociar a questão, ignorando, inclusive, alguns itens da MP, em sua opinião, lesivos aos agricultores: "Além de elevar de 2% para 10% o percentual de taxa de administração dos bancos, a medida deixa "brechas" para incidência de juros sobre o valor do financiamento e de um outro percentual, de 8%, a título de taxa de risco", protesta.

Divergência de concepção

Entre uma e outra divergência o fato é que os pequenos agricultores vão forjando, no grito, as condições para que os governos — estaduais e federal — imprimam um tratamento diferenciado à agricultura familiar. Embora sejam evidentes os avanços conquistados, muita coisa ainda precisa ser feita, pois, além do FNO, cujos recursos alcançaram no ano passado cerca de 120 milhões de reais, eles pleiteiam a ampliação das linhas de crédito para o setor, a alocação de recursos federais para a assistência técnica, a implementação de uma política de preço mínimo para os produtos e investimentos nos setores de educação, saúde, transportes e estradas.

Quanto à assistência técnica, a Emater — empresa que presta esse serviço aos produtores — está trabalhando para se reestruturar. Até o fechamento desta edição contava com a perspectiva de adquirir, num curto prazo, 76 novos veículos para os 53 escritórios do



FOTO: MIGUEL CHIKADA/KANARÁ KÔ

Waldir Ganzer: "O Basa tem que abrir a caixa preta"

Pará (atualmente existem apenas 51 veículos). E aguardava autorização do governador Almir Gabriel para contratar 76 técnicos. A informação é do presidente da empresa, Francisco Ferreira Neto. "Quando cheguei aqui, a empresa estava uma esculhambação, mas estamos tentando reverter esse quadro a partir dos encontros regionais", afirma.

Mas não são apenas de ordem operacional as dificuldades que os agricultores sentem na relação com os órgãos que trabalham com o FNO, existem problemas de concepção.

"Existem técnicos na Emater que trabalham hoje como há 10 anos" — atesta Faro, condenando os "pacotes" e os procedimentos que não levam em conta as condições climáticas e os recursos naturais de que dispõe a região (como os adubos orgânicos, por exemplo) para que a agricultura possa ser trabalhada dentro de nova perspectiva, respeitando o meio ambiente e mantendo a qualidade do produto.

Embora tenha críticas à atuação do Basa e a Emater, quanto a esses aspectos, o dirigente da Fetagri admite que vem sendo bastante rica a troca de experiências nesses últimos cinco anos. Nesse sentido, a preocupação dos agricultores é fazer um processo de implantação do FNO de forma planejada, para que não sejam cometidos equívocos a exemplo do ocorrido há quatro anos, quando, segundo Faro, o Basa financiou pescadores de forma desorganizada, não houve retorno e, com isso, os prejuízos reverteram para o próprio banco.

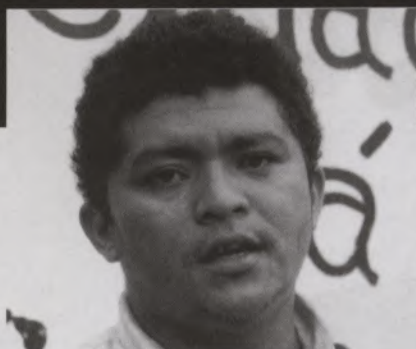
Denúncias e organização

Outro exemplo citado por ele, refere-se a um convênio firmado com uma empresa localizada no município de Santa Izabel, a Amafrutas, que comercializa o maracujá. A empresa seria responsável pela compra do produto num projeto financiado aos agricultores de Tucuruí. Não cumpriu o acordo e a produção foi perdida, dessa vez, com os

Projetos FNO — especial

Pará	11.250
Rondônia	4.775
Tocantins	3.575
Acre	2.375
Amazonas	1.775
Roraima	625
Amapá	625

* Número de projetos a ser financiado conforme acordo firmado com o Basa.



José Roberto: presidente da Fetagri
"Buscando assessorando externo para organizar trabalhadores"

FOTO: PAULA SIMPAIO/KAMARA 10



Saulo de Batista: vice-presidente da AEBA
"O governo federal não prioriza o Basa como Banco de fomento"

FOTO: PAULA LUCIVALDO SERA



Ailton Faleiro: diretor da Contag.
"Falta sensibilidade do Basa para negociar os encargos"

FOTO: AUGUSTO SANTOS

prejuízos se abatendo sobre os próprios agricultores. Um outro caso remonta às eleições do ano passado: "Nessa época o ex-presidente do Basa, Anivaldo Vale, criou associações nas regiões Guajarina, Transamazônica e Bragantina, sem nenhum critério, só para barganhar votos através da concessão de financiamentos."

Para evitar que problemas como esses voltem a ocorrer, os agricultores estão fazendo sua parte. A Fetagri está cadastrando todas as associações e cooperativas sob o seu comando, as pessoas que já foram beneficiadas com projetos, incluindo os produtos que serão comercializados. Mais que isso: está pesquisando as condições dos mercados interno e externo para a comercialização e até o último mês de julho esperava assinar convênio com uma entidade de assessoramento internacional, a Wolk, que deslocará seus técnicos a Belém para avaliar, junto com os agricultores, todas essas questões.

Mexendo com a economia

Desse processo todo, fica uma certeza. O FNO vem se firmando como instrumento de política econômica e social para a região, em particular, para o Estado. Sua aplicação tem gerado resultados animadores nos municípios onde existem associações já contempladas com o crédito. Concórdia do Pará, na região Guajarina, a 142 km de Belém, é um exemplo. Apenas uma associação que recebeu financiamento produz, atualmente, 15 toneladas de bananas por semana, comercializadas diretamente com a Ceasa, através de convênio.

"A gente vê que o Fundo mexe com a economia do município", confirma Faro, citando casos de associações que receberam recursos em torno de dois ou três milhões de reais à época superiores ao orçamento da prefeitura local. O resultado não poderia ser outro: financiamento na mão, cresce a produção, em consequência, aumentam a oferta de emprego, a arrecadação de impostos, a movimentação no comércio e o consumo.

"Apesar do retorno econômico-social do FNO, sua forma de aplicação ainda não se insere nos critérios adequados à pequena produção", afirma Waldir Ganzer, "mas é o que temos conseguido para ajudar a manter milhares de famílias no campo, já que sem o Fundo o êxodo rural teria sido maior." Segundo ele, mais do que nunca os agricultores precisam se manter mobilizados, sobretudo agora, que os jovens começam a ver perspectiva de vida na agricultura, destacando a expressiva participação desse segmento rural no II Grito da Terra Brasil. ■

*Célia Chaves, jornalista, assessora da AEBA (Associação dos Empregados do Basa)

Basa na berlinda

"Não tenho dúvida de que os pequenos produtores têm ampliado, progressivamente, sua capacidade de organização, e obtido, com isso, melhores informações sobre a questão fundiária, a extensão rural, o crédito e outros aspectos da política agrícola", opina Saulo Baptista, vice-presidente da Associação dos Empregados do Basa (Aeba).

Ele afirma que desde a criação do FNO, em 1988, o Basa vem aprendendo a lidar com esse importante segmento produtivo da Amazônia, se esforçando para criar equipes de análise, controle e acompanhamento à demanda do crédito, embora ainda sejam muitas as dificuldades porque o governo federal não tem projeto específico para a Amazônia — "Consequentemente não prioriza a atuação do Basa como instituição regional de fomento."

Priorizar o Basa, significa dotá-lo de condições para operacionalizar o FNO. Avaliando as dificuldades atravessadas pela instituição, o engenheiro agrônomo e funcionário aposentado, João Baptista Bastos, ex-secretário de agricultura no Pará, reclama

da carência de técnicos qualificados: "Só para se ter uma idéia da deficiência, basta lembrar que existem apenas dois engenheiros agrônomos no setor de Análise de Projetos, na matriz, e nas outras centrais de análise, provavelmente nenhum." Bastos também chama a atenção para a situação salarial dos funcionários, que há um ano estão sem nenhum tipo de reajuste.

O Secretário de Organização da CUT-Pará, José Galvão de Lima, acha que até agora o banco não tem demonstrado interesse em financiar a pequena produção: "Nas primeiras mobilizações fomos bastante reprimidos pela polícia, a mando do Basa, e os acordos feitos até hoje, têm sido deturpados e atendidos pela metade." Reconhecendo a importância do Basa para a Amazônia, o ex-deputado federal e agricultor Waldir Ganzer, diz que o banco precisa se fortalecer, mas também democratizar a gerência dos investimentos, abrir a "caixa preta", colocando-se a serviço de todos os segmentos da sociedade. ■

Conte conosco...



NO RUMO DO CENTENÁRIO

SOMOS MUITO MAIS
AMAZÔNIA

SE VOCÊ É



FOTO: MIGUEL CHICAGNA / LAMARCA X3

ASSUMA!

**Peça a sua camiseta
Cuíra ou outra que você
mesmo pode criar.**

camisas
R\$15,00

*Vá ver as outras
opções*

Madrugada,
pássaros tingem de luz
o dia ainda escuro.

Teu jeito
desata
minha atenção
do mundo.
Perturba.

Aqui
falta
tudo
só
não faltam
gentes.

ná figueredo

Av. Gentil Bittencourt, 449
Belém • Pará
CEP. 66035-340
fone/fax:
(091) 224-8948

Assine CUÍRA: a única revista da Amazônia comprometida com a cidadania.



Sebastião Manchinery
presidente da Coordenação das
Organizações Indígenas da
Amazônia Brasileira – COIAB

Nome:
Endereço: Fone:
Cidade: Estado:
Atividade:
Cheque nº: Banco:

Preencha o cupom com letra de forma e envie para UNIPOP anexado ao cheque nominal para o Instituto Universidade Popular no valor de R\$20,00. Sua assinatura dará direito a seis números de CUÍRA.

Unipop – Instituto Universidade Popular • Av. Senador Lemos, 557 • Telégrafo • 66050-000
fone (091) 224-9074 • fax (091) 225-1668 • Belém-PA

Orçamento Participativo: unindo Estado e sociedade

Mileny Matos*

Uma experiência pioneira no Estado do Pará está mostrando o quanto o movimento popular pode ser forte e organizado para participar da gestão pública, ajudando a buscar soluções para os problemas sociais. O município de Marabá, a cerca de 500 km de Belém, está provando que o diálogo entre o governo e a sociedade civil não só é possível como fundamental para combinar democracia e cidadania.

Há dois anos, membros das Associações de Moradores, das comunidades da igreja católica e das cantinas comunitárias (setor rural) se uniram em torno de suas reivindicações e foram até o prefeito Haroldo Costa Bezerra negociá-las. Aí começa a história do Movimento do Orçamento Participativo — MOP.

Em 93 e 94, as lideranças do campo e da cidade perceberam que não deviam apenas fazer reivindicações e sim participar da gestão pública. Então apresentaram emendas para Orçamento Público e para incrementar mais a participação popular, em 1995, criaram o MOP.

O MOP dividiu o município de Marabá em

quatro regiões (a Nova Marabá, Cidade Nova, Marabá Pioneira e Região do Interior) e cada uma delas se dividiu em mais quatro sub-regiões.

Cada região e sub-região são representadas por conselheiros e delegados que travam o diálogo aberto com a administração municipal (prefeito e secretários).

Desde o início do ano, o MOP vem realizando encontros entre as regionais e prefeitura para discutir o Orçamento Programa Anual do Município (OPA), o Plano de Investimentos (PI), Prestação de Contas do OPA, entre outros. Foram realizadas também muitas plenárias onde se definiu as prioridades temáticas (saneamento, habitação, saúde, educação, etc.) de cada região para o OPA/96.

Mas o espírito democrático de Marabá se fortalece mesmo com as audiências públicas, onde toda a população é convidada a participar. Reúnem-se a Coordenação do MOP e moradores de um lado e o prefeito, secretários e vereadores do outro.

Essa interação toda, na opinião de Luís Carlos Pies, da Fase/Marabá, faz da prefeitura uma grande empresa "em que todos os moradores são sócios". O prefeito é o "gerente" escolhido de 4 em 4 anos para gerenciar os recursos públicos, ou seja, o dinheiro do povo. Pensando assim, como entender que os "sócios" deixem que o "gerente" administre a empresa a seu bel-prazer, sem fiscalizar suas ações e exigir produtividade?

Empolgado com o MOP, Luís acredita que só com participação popular é possível assegurar que nenhum centavo do dinheiro público seja desperdiçado, seja quem for o prefeito, "devemos não só fiscalizar a administração municipal, mas também dizer onde e como deve ser gasto o dinheiro do povo".

"É impressionante ver a reação das pessoas, ao contato com os números do Orçamento Municipal. A maioria nunca soube quanto dinheiro entra numa prefeitura e muito menos como ele é gasto", diz Luís Carlos.

OP na Amazônia

Por enquanto, a experiência do município é fato isolado no Estado do Pará e uma das poucas na Amazônia. Em Belém, os vereadores do PT, Raul Meirelhes e Mário Cardoso, tentaram inserir a participação popular na elaboração do orçamento através de audiências públicas. Mas a proposta foi boicotada na Câmara. O máximo que se conseguiu foi elaborar emendas do PT que segundo os vereadores foram discutidas com algumas comunidades.

Em Rio Branco a prática do Orçamento Participativo vem evoluindo gradativamente desde 93. Para o prefeito Jorge Viana (PT) os resultados têm sido positivos, apesar dos obstáculos. O assessor de comunicação do município, Aníbal Diniz, diz que a "falência" do movimento comunitário e o poder da mídia, contrária ao projeto político do PT, foram os principais entraves para a implantação desse processo.

"Nós podemos dizer que a quase totalidade das associações de moradores está à disposição de políticos. É comum a gente fazer discussão em bairro, enquanto uma liderança daquele mesmo bairro vai para a televisão dizer que a prefeitura nunca foi na área", reclama Aníbal.

No Amapá, segundo a diretora do departamento de planejamento da Seplan, Marilena Correia, o orçamento participativo ainda está "engatinhando".

Marilena também reclama da desarticulação da sociedade civil e diz que o máximo que já se conseguiu foi o envolvimento das secretarias de governo na discussão. "Até o ano passado o orçamento era elaborado exclusiva-

mente pela Secretaria de Planejamento, sem nenhuma consulta aos setores executores."

OP no Brasil

"Planejamento participativo, parceria, consórcio ou qualquer um outro nome que se dê, indicam que não é mais possível gerir uma cidade a não ser através dessas novas formas de representação."

Levando-se em conta os efeitos nas cidades onde as administrações municipais têm adotado o sistema de parceria com a sociedade, a afirmação do presidente do Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisa), Francisco Oliveira, revela que uma nova cultura política está surgindo no Brasil — a cultura da participação direta, da democracia e cidadania.

Já existe até um Fórum de Participação Popular nas Administrações Municipais. Criado em 1990, o fórum é um espaço de intercâmbio entre prefeituras democráticas, movimentos sociais, Ongs e entidades da sociedade civil, parlamentares e pesquisadores.

Muitas prefeituras e movimentos populares, em todo o país, estão levantando essa bandeira. Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Cuiabá, Recife e Goiânia foram os municípios que se uniram no ano passado, em Belo Horizonte para trocar experiências num seminário sobre Orçamento Participativo, promovido pelo Fórum.

Experiências democráticas Campinas

A prefeitura de Campinas/SP dividiu a cidade em quatro regiões que atuam como miniprefeituras. Todo mês uma região reúne com representantes dos conselhos municipais (saúde, educação, transporte...) onde as comunidades apresentam suas reivindicações e propostas. Mas segundo a secretária de Educação do município, Maria Helena Castro, a participação popular ainda é tímida.

Porto Alegre

Porto Alegre é o município que mais avançou em termos de participação popular na



Luís Carlos Pies: Lideranças populares discutem o orçamento de Marabá nas assembleias do MOP

"O diálogo em torno do orçamento público entre governo e sociedade não só é possível como fundamental para combinar democracia e cidadania"



Audiências públicas do MOP: expressão de democracia participativa em Marabá

gestão pública. Há seis anos a cidade vem aprimorando a prática do Orçamento Participativo. No início, lembra o atual prefeito da cidade, houve dificuldades.

Segundo Tarso Genro, o corporativismo do movimento comunitário tende a reproduzir uma relação de clientelismo entre as próprias lideranças. "As armas que essas lideranças usam nas suas disputas e para influenciar o Estado são as mesmas da política tradicional que vão desde a calúnia até a cooptação."

Mas Tarso considera o Orçamento Participativo uma experiência fantástica que só funciona num governo honesto que passe credibilidade à população. Ele lembra que no primeiro ano que se implantou o Orçamento Participativo, na gestão de Olívio Dutra, houve uma grande participação nas plenárias nas 16 regiões da cidade que definiram as prioridades do orçamento do ano seguinte.

Como a prefeitura estava atolada em dívidas, não foram realizadas as obras



Com o MOP marabaenses começam a participar da gestão da cidade.

reivindicadas nas assembleias, logo a participação nas plenárias caiu em 80%. "Foi dramático. Só a partir do 3º ano de governo quando começaram a aparecer as obras é que esse quadro reverteu. Hoje o OP adquiriu um foro de legitimidade. As obras são controladas e temos inclusive uma comissão de fiscalização de obras em cada região que pode até controlar os editais."

Belo Horizonte

Outra cidade onde a parceria tem ajudado a resolver os problemas sociais é Belo

Horizonte, capital mineira. O prefeito Patrus Ananias diz que as assembleias que discutem o orçamento chegam a reunir 6 mil pessoas, das quais mais de 800 pertencem a entidades.

Cuiabá

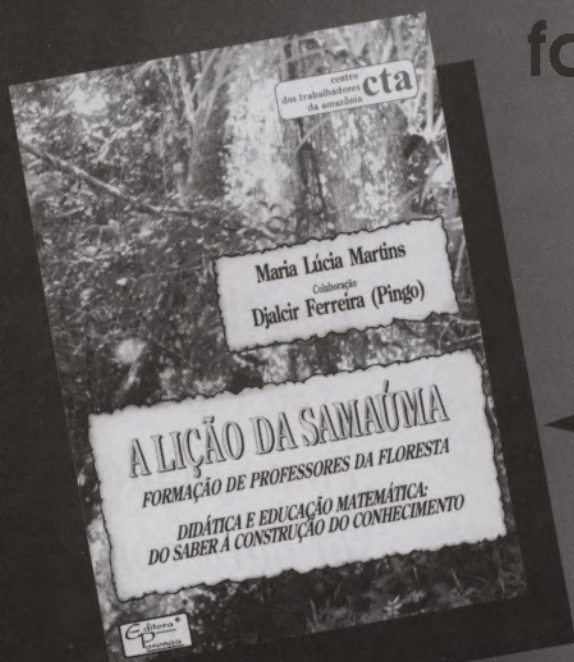
Em Cuiabá o Orçamento Participativo ainda está no início segundo o ex-prefeito da cidade, Dante de Oliveira. Ele diz que o OP é o melhor caminho para se administrar um município. Dante também diz que a credibilidade e honestidade são vitais para haver parceria.

"É preciso que o governo seja transparente, verdadeiramente democrático. Pois se o cidadão participa e não tem retorno no ano seguinte, nunca mais vai ser possível animá-lo a exercer sua cidadania, ter voz, a sugestão, a idéia dele, no orçamento da cidade onde vive", ressalta. ■

*Mileny Matos é jornalista estagiária da Unipop.

Experimente uma fatia da história nas Reservas Extrativistas

R\$20,00



Pedidos pelos Correios para:
Livraria Paim

Rua Rio Grande do Sul, 331 •
CEP. 69903-420 • Rio Branco • AC
fones: (068) 224-3432 • 224-8972

25 anos de solidariedade à infância e adolescência

O Movimento República de Emaús (MRE), em Belém, é a organização não-governamental mais antiga do Brasil no atendimento a crianças e adolescentes. E ao completar 25 anos prova que é possível uma ação transformadora num campo minado pelo assistencialismo do Estado e de outras instituições privadas.

Diferente desde o começo, em 1970, o MRE nasceu diretamente preocupado com o trabalho infantil, mais precisamente com os pequenos vendedores do centro comercial de Belém. As primeiras reuniões foram na ladeira do Forte do Castelo, centro histórico da capital paraense, e a primeira sede, o antigo Seminário Arquidiocesano, a poucos metros dali. Até então, seis meninos participavam das reuniões.

Os voluntários eram em número seis vezes maior, 30, coordenados pelo padre italiano Bruno Sechi. E mantinham em funcionamento, no seminário, o Restaurante do Pequeno Vendedor — República a partir de 1972 —, que foi a célula do futuro MRE. Hoje, além da República, o movimento tem mais três expressões: Campanha de Emaús (72), Cidade de Emaús (80) e Centro de Defesa do Menor (83). Atendimento atual: 2.600 meninos e meninas.

Ação política

A natureza política do MRE é evidente. O Movimento vai além da organização, educação

e profissionalização de crianças e adolescentes. Tem como objetivo maior a mudança da estrutura social que exclui a criança pobre de tudo, marginalizando-a. Uma utopia? Muito mais do que isso, como provam as iniciativas e conquistas do MRE em suas duas décadas e meia.

A criação do Centro de Defesa do Menor (CDM), o primeiro dos 27 que surgiram depois no país, foi uma das iniciativas mais ousadas do MRE. Uma resposta, na prática, ao aumento da violência contra crianças e adolescentes em Belém.

O CDM presta atendimento jurídico a famílias de vítimas — no processo sobre emasculações, mortes e desaparecimentos de meninos em Altamira, por exemplo, está constituído como assistente de acusação —, orienta a formação de núcleos antiviolência e também produz informação sobre o assunto, a partir de pesquisas que desenvolve ou apóia.

Como se vê, caridade é um conceito

incabível para o trabalho do MRE. "Hoje o verdadeiro nome para a caridade é a luta pela justiça social", define Bruno Sechi, coordenador do CDM.

Auto-sustentação

Tudo nesses 25 anos pareceria um roteiro linear, recheado de voluntarismo e boa vontade, se na história do MRE não existissem crises como a atual. Dinheiro é problema sim, para uma instituição respeitada por muitos, inclusive no exterior, mas apoiada por pouquíssimos.

À parte a colaboração financeira, que tende a diminuir, de 13 entidades cooperadoras, 11 das quais estrangeiras, o MRE encara hoje o desafio da auto-sustentação. Primeiro passo, a ampliação do quadro de sócios contribuintes. ■

*Agência Emaús.



FOTO: ARQUIVO / AGÊNCIA EMAÚS

Opiniões sobre o MRE ressaltam a ação da organização onde os governos permanecem ausentes

"A participação da sociedade é de fundamental importância para o sucesso de qualquer trabalho que objetive resgatar a enorme dívida social que o Estado tem para com o seu povo. Nesse sentido, não poderia deixar de destacar o trabalho do Movimento de Emaús."
(Almir Gabriel, governador do Pará)

"O MRE é inquestionavelmente um elo seguro e confiável da corrente dos que lutam pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes." (Paulo Frota, juiz da 24ª Vara da Infância e Juventude de Belém)

"O Movimento de Emaús representa um segmento da sociedade preenchendo um vazio da inércia do Estado. Razão porque merece todo

respeito e ajuda da sociedade civil." (Sérgio Couto, presidente da OAB-PA)

"O respeito é uma prática visível no dia-a-dia do Emaús. O Movimento assume um papel que é do Estado, ajudando a diminuir o problema do menor." (Avelina Castro, estudante de Comunicação Social da UFPA)

"Na busca constante de ser sinal de esperança na vida de tantas crianças excluídas por uma cultura da morte, o Movimento de Emaús procura ser o companheiro de caminhada como foi Jesus para os desolados discípulos no caminho de Emaús." (Monsenhor Marcelino Ferreira, vigário geral da Arquidiocese de Belém)

Separatismo: a revolta que vem do oeste

J. Ninos*

A revolta dos separatistas do oeste do Pará resurge exatamente com a decadência econômica verificada a partir dos anos 90. Nesse momento chega ao fim mais um dos muitos ciclos extrativistas vividos pela região, o do ouro, e todos tiveram que "redefinir" sua vocação econômica, investindo na agricultura e no turismo. Hoje já existem agricultores em Santarém plantando mais de 500 ha de arroz e já estão em plena atividade 13 colheitadeiras em diferentes áreas, enquanto vários municípios tentam divulgar o potencial turístico de praias antes esquecidas (entre elas, a mais famosa é a de Alter-do-Chão, em Santarém, já chamada de "Caribe da Amazônia").

Para o engenheiro florestal Cristóvam Sena, 47, técnico da Emater e dono de um acervo invejável de documentos históricos sobre a região expostos ao público em sua biblioteca, essa dependência tornou-se mais evidente após o que ele considera o mais importante impulso econômico da região: o "ciclo do golpe". Segundo ele, à partir da implantação do regime militar, Santarém foi beneficiada com dezenas de obras que impul-

sionaram seu desenvolvimento. "Passado o grande boom das obras, sofremos com as mazelas do regime ditatorial, marcando o início de nossa decadência", conclui Sena.

A incompetência em administrar o volume de recursos que existiam na época, foi a marca registrada dos governos impostos pela ditadura. Corrupção e repressão andaram lado a lado como em todo país, mas deixaram seqüelas maiores nessa região que nunca teve um planejamento econômico e desenvolvimentista. "A tão propalada falta de vontade de nossos políticos, é na verdade a vontade de não fazer, que sempre escondeu por trás os interesses de terceiros", critica Sena afirmando que naquela época poderia ter sido asfaltada a BR 163, um dos maiores anseios da população. Segundo ele, a elite política e econômica que se instalou na região após a implantação do regime, sempre foi subserviente aos interesses da capital. "Temos sido comandados por pessoas que têm uma visão provinciana de administrar, sem pensar no futuro", acrescenta. "Até hoje existem prefeitos que se sentem honrados em serem recebidos na corte", adiciona Emanuel Silva (ortopedista, 42 anos, coordenador do Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós), referindo-se aos gestores que vivem de pires na mão no Palácio do Governo. Sena, que não milita em nenhum dos grupos separatistas, chega a defender que para acabar com a inércia na região seria necessário um "choque cultural", com a liderança de pessoas de centros mais avançados, para acabar com sentimento xenofóbico que emperna qualquer ação inovado-

*"Ó pedaço de mim,
ó metade amputada de mim,
leva o que há de ti,
que a saudade dói
latejada, é assim como uma
fiscada no membro
que já perdi"*

(Chico Buarque)

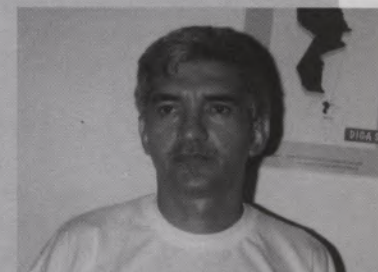
Cristóvam Sena: acervo histórico e críticas às lideranças da região



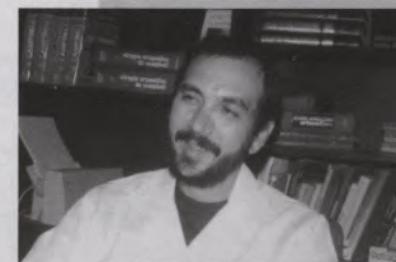
Almir Gabriel: sutil oposição aos separatistas



Odair Correa, líder da Frente Popular pela criação do Tapajós: primeiro racha



Emanuel Silva, coordenador do Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós: contra a corte



Ademilson Pereira é presidente da Associação Comercial de Santarém e líder do movimento Pró-Oeste: tentando a unidade



ILUSTRAÇÃO: BRIAN PORTO

"Pro Pará não (se)parar por aqui"

O mote da campanha do governador Almir Gabriel em 94 recebeu um novo prefixo, como sugere o título acima. Polido e muito discreto, o governador vai costurando o que chama de "pacificação política do Estado", através de alianças com os setores contrários ao seu governo. O movimento separatista também será alvo de Almir, mas com mais, digamos assim, elegância do que o estilo Jader Barbalho que sufocou a ferro e fogo os movimentos do Tapajós e Carajás.

A passagem de Almir por Oriximiná deixou alguns separatistas em Santarém de orelha em pé. O investimento feito na terra da bauxita e a informação dada pelo próprio prefeito Antônio Calderaro, no jornal Folha de Oriximiná (17/07), de que está com um pé no PSDB, levam a crer que Almir procura um aliado para frear o movimento. Em entrevista exclusiva à revista Cuíra, Almir negou esses propósitos e reafirmou o que já dizia durante a campanha: "não vou me intrometer no movimento, mas não esperem que como governador eu o incentive". Quando citamos a existência de divisões no movimento, em Santarém e na Amucan, o governador sorriu e balançou a cabeça como se constataste que estava no caminho certo.

Almir disse que a criação de um novo Estado hoje, custaria algo em torno de US\$ 2 bilhões só para a implantação dos órgãos federais necessários para seu funcionamento. "O governo federal não tem esse dinheiro para investir, e se tivesse poderia investi-lo melhor na infra-estrutura às regiões separatistas", defendeu.

Ele pretende reformular a administração do Estado até o final de seu mandato, criando Núcleos Regionais Administrativos que realmente funcionem e integrem os diversos setores do governo existentes em cada região. Assim, acredita poder reinvestir o dinheiro do ICMS nas regiões fiscais, de acordo com a arrecadação de cada um. "Já demonstrei minha intenção ao resgatar o ICMS que o Estado devia aos municípios", afirmou.

Finalizando, Almir deu um recado aos separatistas: "a criação de um novo Estado não pode ser a ansiedade legítima para alguns e a ambição política para outros, traduzidos como anseio popular". Em suma, Almir fará tudo "pro Pará não (se)parar por aqui...".



ra. "É um risco que precisamos correr", afirma.

A emancipação é um caminho de mão-única cujo aceleramento se deve exclusivamente a inoperância dos últimos governos estaduais, lembram os separatistas ao afirmarem que não há nenhuma grande obra do Estado na região, a não ser a estrada que liga Santarém à hidrelétrica de Curuá-Una, pessimamente conservada. Emanuel Silva vai mais longe, informando que dos 911 quilômetros de estradas estaduais existentes na região somente 30 receberam asfalto nos últimos 10 anos, e são justamente os da estrada que vai de Santarém ao balneário de Alter-do-Chão. "Grande obra estadual realizada em nossa região nos últimos anos, só mesmo um estádio de futebol, em Santarém, com o nome de Jader Barbalho", alfineta o médico.

Os dados sobre o abandono vão mais além: os 18 municípios do oeste do Pará não têm nenhuma estação de tratamento de água. A maioria se abastece diretamente dos lençóis freáticos e alguns como Itaituba, consomem água direto do rio. Na área de saúde, pelo menos cinco municípios não têm um médico sequer e em Santarém, o posto da Ubam — Unidade Básica de Atendimento Médico, está prestes a fechar por causa dos baixos salários dos profissionais. Para se ter uma idéia da disparidade salarial, um médico pago pelo município chega a receber três vezes mais do que os médicos da Ubam.

Mário Moreira (PDT) — "Como deputado defendo a emancipação, mas como presidente da comissão, estou sendo imparcial. Acredito que o relatório final tenha que expressar, além dos dados, a vontade do povo."

Para completar o quadro de abandono, na área de energia elétrica o caos está implantado. Santarém convive com o fantasma do racionamento, pois a hidrelétrica de Curuá-Una mantém apenas três turbinas em funcionamento (e quando uma entra em pane, é um "Deus nos acuda!"), enquanto a quarta turbina nem saiu do projeto; Itaituba não tem energia para garantir o funcionamento de uma fábrica de cimento, que poderia aquecer a economia local com a geração de novos empregos; Oriximiná e Obidos decretaram recentemente estado de calamidade pública, em decorrência do caos em seus sistemas arcaicos de geração de energia: velhos geradores sem nenhuma manutenção da quase falida Celpa.

A região sonha com o linhão de Tucuruí que resolveria os problemas dos municípios ao longo da Transamazônica e Santarém. Com o linhão, as usinas termoeletricas de Santarém poderiam ser transportadas para os municípios da margem esquerda, evitando o colapso local. A obra custaria algo em torno de US\$ 250 milhões para ser efetivada, e segundo

dados de técnicos da Eletronorte, se pagaria com a economia do combustível utilizado nos geradores num período de 10 anos. "O governo estadual diz que não pode fazer esse investimento, mas firmou convênio com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) envolvendo um montante maior do que o linhão, para investir nas baixadas de Belém" reclama Emanuel. Ele acha que o investimento em saneamento é importante, mas acredita que houve uma inversão de prioridades, pois o linhão teria alcance sócio-econômico maior que a recuperação das baixadas e além do mais, repete-se o velho problema: um projeto de infraestrutura para a capital, bancada com o dinheiro do Estado.

Outro dado do Comitê Pró-Criação é que a 4ª região fiscal da Secretaria da Fazenda, sediada em Santarém, tem arrecadado R\$ 2,7 milhões por mês apesar de a Jari Celulose e a Mineração Rio do Norte, grandes empresas da área, por manobra do ex-governador Jäder Barbalho, prestarem contas direto com Belém.

Projetos separatistas

À partir das eleições de 85, a região oeste vivia uma fase de euforia com a eleição de políticos contrários aos prefeitos indicados pelo regime militar. O debate sobre o velho anseio foi reativado com a criação da Amop — Associação dos Municípios do Oeste do Pará. Os prefeitos

começaram a participar das reuniões, mas com as primeiras ameaças de cortes de verbas do governo do Estado, esvaziaram o movimento.

Já naquela época sentia-se que haveriam problemas entre os municípios da margem esquerda do Rio Amazonas e Santarém, por causa da definição da capital ou ainda com relação ao nome do novo Estado. Na margem esquerda, onde as águas do Rio Tapajós não chegam, há resistências contra esse nome por não representar todos os municípios (na época, só Aveiro, Itaituba e Santarém, eram banhados pelo Rio Tapajós, mas com a criação de novos municípios, hoje são sete áreas abrangidas por ele). Num encontro realizado em Santarém em meados dos anos 80, um vereador santareno chegou a sugerir que o Estado se chamasse Tapajonas (sic) ou Amajós (sic), para contentar a todos... A ridícula proposta nem foi levada em consideração e o impasse continuou sem resolução, sendo que cada município prosseguiu o seu caminho independentemente.

Por ocasião da Constituinte de 88, a idéia de criação do Estado voltou a ser encaminhada um pouco mais organizada. Na época a região tinha quatro representantes no

Noé Palheta (PTB) — "Não tenho a bandeira nem contra e nem a favor da emancipação. Isso deve ser bem colocado."



FOTO: MIRA JATENE

Dizem os divisionistas de Carajás, que a semente da emancipação foi plantada na região na época do Brasil Colônia, quando dirigentes das capitânias hereditárias "relegaram todo o Araguaia ao mais completo esquecimento", como defende Sérgio Correia, 44 anos, presidente regional da Comissão Brandão pró-emancipação, movimento presente nos 36 municípios do sul do Pará.

Políticos e lideranças da sociedade civil organizada do sul, creditam o precário desenvolvimento da região à falta de interesse dos governadores de plantão que comandaram o Pará, que além de tomarem decisões longe — em média 500 quilômetros dos maiores municípios — trataram a riqueza do sul na base da pirataria. Exemplo: a quota parte do ICMS dos municípios.

Há prefeitos, como é o caso de Parsifal Pontes (PPR), de Tucuruí, que ganharam na Justiça o direito de aumentar seu pedaço no bolo desses repasses. A falta de universidades ou cursos técnicos na região, contribuem para fortalecer ânimos divisionistas. "Tive que mandar os meus filhos para São Paulo", conta Sérgio, que assim como a maioria das lideranças da região, não é paraense.

"Somos mendigos de paletó", endossa o vereador de Parauapebas, Ademir Paulo Dan (PMDB), para quem o governo do Estado está protegido das reivindicações do povo do sul "pela grande distância". Se com a emancipação o Pará remanescente perde riquezas minerais e abre mão do ICMS proveniente da comercialização de gado, cuja sonervação é enorme. Em compensação se vê livre de alguns problemas, como a não demarcação de terras indígenas, menos 18 reservas das 42 que possui e a grande população (flutuante) de garimpeiros, cerca de 20% do total que existem em toda a Amazônia segundo o DNPM, além dos sem-terra.

Gabriela Athias

Municípios do Estado do Tapajós

- Alenquer
- Almeirim
- Aveiro
- Belterra
- Faro
- Itaituba
- Jacareacanga
- Juruti
- Medicilândia
- Monte Alegre
- Novo Progresso
- Óbidos
- Oriximiná
- Placas
- Prainha
- Rurópolis
- Santarém
- Trairão
- Terra Santa
- Uruará

Área: 520.742 km²
(42,25% do atual território do Pará)
População: 1.350.000 hab.
(24% da população atual do Pará)

Congresso, todos do PMDB, e três deles se uniram em favor do projeto que pretendia criar o novo Estado nos moldes do Tocantins, incluindo-o no mesmo artigo das disposições transitórias da nova Constituição. Os deputados Paulo Roberto Mattos, Gabriel Guerreiro e Benedicto Monteiro conseguiram angariar simpatias à proposta nos corredores do Congresso e tudo ia bem, pois até Guerreiro foi indicado relator do projeto e apresentou um parecer favorável, ao Estado do Tapajós. A principal exigência da Comissão para Estudos da Divisão Territorial do Brasil comandada pelo então senador carioca Nelson Carneiro, era que a região tivesse autonomia cultural em relação à área que ficaria após o desmembramento. E isso foi mais do que comprovado. Mas havia um jaderista no

meio do caminho: o deputado de Alenquer, Arnaldo Moraes Filho, ligado ao então ministro Jader Barbalho, foi o voto contrário que derrubou a proposta frustrando os separatistas.

Recentemente, Hilário Coimbra, deputado federal reeleito em 1994, que não desistiu da idéia, resolveu retornar às origens históricas do seu

projeto: no final de junho, aconselhado por seus assessores, deu entrada em um novo projeto na Câmara Federal solicitando a criação do Território Federal do Tapajós, já arquivado em legislaturas passadas. Ele alega que a aprovação desse projeto é mais fácil que o atual, pois precisa de 258 votos ao invés dos 308 para aprovar o plebiscito. Ele ainda vai ter que debater com os grupos envolvidos no movimento separatista, e sabe que pode ser bombardeado. "Não tenho interesse em ser beneficiado diretamente pela criação do novo Estado", alega ele, dizendo que abre mão de tudo para ver sua região emancipada de Belém. "Cansei de ver o Tapajós sob a

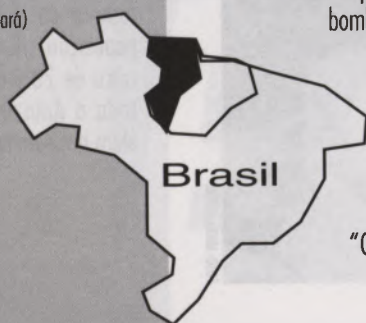
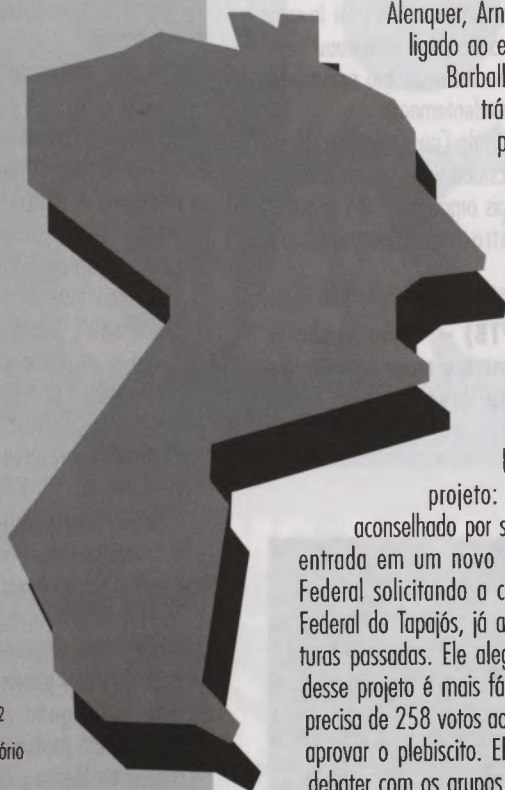
tutela dos políticos da capital", finaliza em tom messiânico.

A divisão da divisão

O movimento separatista do oeste do Pará, entretanto, não tem apenas os inimigos da capital que são contra a emancipação. A divisão começa entre os próprios separatistas. O antigo comitê teve seu primeiro "racha" no ano passado, quando foi criada Frente Popular pela Criação do Estado do Tapajós. Liderada pelo economista Odair Corrêa, a Frente criou um movimento paralelo tentando incluir uma emenda popular de criação do novo Estado durante a revisão constitucional de 1994, que acabou não acontecendo. Os dois grupos andaram se alfinetando pela imprensa e conseguiram passar a impressão de que o movimento não era tão apartidário como se dizia. A Frente de Odair, já se prepara para apresentar um novo projeto na Câmara atrelado às 17 mil assinaturas colhidas na campanha passada e com um novo "pai", o federal Benedito Guimarães.

Em abril deste ano, dois novos grupos começaram a se formar: o Movimento Pró-Oeste e o Movimento pela BR 163. Este último reúne 15 jovens sob a liderança do técnico em Contabilidade Manuel Vieira, 25, que conseguiu façanha de, em pouco tempo, angariar fundos e ir à Brasília falar com o ministro dos transportes sobre o asfaltamento da BR 163. "Somos a favor do Tapajós, mas acreditamos que é preciso encampar lutas mais imediatas que signifiquem o fim do marasmo econômico na região", diz Vieira. Com apoio de alguns sindicatos, o Movimento pela BR 163 juntou-se a movimentos idênticos de municípios ilhados pelas péssimas condições das estradas, e espera a efetivação da promessa do governo de liberar ao 8º BEC — Batalhão de Engenharia e Construção sediado em Santarém, a quantia de R\$ 10 milhões para a conservação do trecho entre Santarém e Rurópolis. "Não pretendemos nos reunir com os outros grupos, pois lá tem muita briga e cada um puxa para o seu partido", sentencia Vieira.

O outro grupo, liderado pela Associação Comercial de Santarém, pretende resgatar a união entre as várias forças e vem conseguindo esse intento. O Movimento Pró-Oeste foi puxado pelo presidente da ACS empossado em fevereiro deste ano, Ademilson Pereira,



Movimento secular



FOTO: PAULA SAMPAIO

Zé Carlos Lima (PT) – “Mesmo que se queira ser contra, o relatório final da comissão não pode deixar de apontar soluções para os problemas vividos pela população.”

42, um dos proprietários da Rádio Guarany FM. “Nosso objetivo inicial é acabar com a elitização dos movimentos existentes até agora e fazer com que a sociedade debata não somente o Estado do Tapajós, mas toda e qualquer alternativa de desenvolvimento da região”, diz Pereira. No momento, o Movimento Pró-Oeste encabeça um trabalho para subsidiar os deputados que atuam na AL e já conseguiu trazer para o mesmo fórum sindicatos de trabalhadores, clubes de serviço como Lions e Rotary, entidades patronais, os comitês pró-Estado, a Câmara Municipal e a prefeitura.

No caso da prefeitura de Santarém, a administração de Ruy Corrêa é acusada por todos de “desmobilizar” o movimento separatista. “Na época da Amop, a prefeitura mantinha a estrutura do comitê, e a primeira atitude de Ruy foi acabar com isso”, reclama o médico Emanuel Silva. “A própria Amop acabou sendo esfacelada,

pois o prefeito não aceita participar de corporações”, conclui. “Só posso acreditar que é falta de experiência ou de visão política”, arremata o deputado federal Hilário Coimbra. “Ele deveria assumir o papel central em todo o movimento, mas acredito que estamos conseguindo trazê-lo, aos poucos”, orgulha-se Ademilson Pereira. Após vários contatos, a revista Cuíra não localizou o prefeito Ruy Corrêa para esclarecer seu distanciamento do movimento.

O fato é que os problemas da divisão entre os divisionistas não se resumem ao município de Santarém. Com o fim da Amop, surgiram duas novas entidades: a Amut

— Associação dos Municípios da Transamazônica e Santarém-Cuiabá e a Amucan — Associação dos Municípios da Calha Norte. A primeira, liderada pelo prefeito de Rurópolis, Aprígio Silva, vem tentando resolver principalmente o isolamento pelas péssimas condições das duas estradas; a segunda, presidida pelo prefeito de Oriximiná, Antonio Calderaro, reúne os municípios da margem esquerda e questiona ainda a liderança do movimento separatista à partir de Santarém. No editorial do boletim “O Calha Norte”, porta-voz da Amucan divulgado no mês passado, a entidade retoma os antigos temas que já eram debatidos na Amop, e pergunta “será que estão querendo criar o Estado de Santarém?”, ao questionar o fato de não haver representantes nem da Amucan, nem da Amut, na Comissão formada na Assembleia Legislativa. Eles criticam o isolamento de Santarém, que não participa de nenhuma entidade e voltam à carga contra o nome Tapajós, questionando ainda a condição de capital para Santarém. Esse problema, somado aos outros, mostra como será difícil o caminho para unificar o discurso divisionista. ■

*J. Ninos é jornalista em Santarém-PA.

Quando o escritor Inglês de Sousa descreveu Santarém em seu livro “O Coronel sangrado” (1875), chamou-a de “futura capital do Baixo Amazonas”, numa demonstração de que o sentimento separatista já fazia parte do cotidiano de todos os que, como ele, viveram ou vivem nessa região. Essa é a grande diferença — segundo alguns dos defensores da idéia — entre o sentimento separatista dessa região em relação ao sul do Pará onde existe uma colônia de migrantes de outros centros, surgidos com a abertura da Rodovia Transamazônica, e portanto sem nenhum apego ao Estado do Pará. “Nossa luta não é para separar, e sim para mudar a sede administrativa do Estado”, pondera o ortopedista Emanuel Silva, 42, do Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós, surgido no final da década de 80. Do tempo de Inglês de Sousa pra cá, a terminologia “Baixo Amazonas” foi sendo substituída por “oeste do Pará”, termo mais abrangente e que delimita a área do futuro Estado do Tapajós.

Apesar da emancipação ser um sentimento secular, a idéia da criação de uma nova unidade federativa só passou a se consolidar na década de 60. Em 1962, o ex-deputado federal paraense Epilogo de Campos apresentou o primeiro projeto na Câmara Federal propondo a criação do Território Federal do Tapajós. Outro projeto também tramitou em 1980 com o mesmo teor, de autoria do ex-deputado Jorge Paulo. Segundo o Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós, as duas propostas foram engavetadas.



Santarém

C U L T U R A

O teatro na Amazônia

Kil Abreu*

Os artistas de teatro do norte do Brasil podem não apresentar unidade na proposta estética, mas têm em comum os velhos problemas relacionados à falta de organização das entidades representativas, à falta de subvenção oficial e à inevitável consequência disso tudo sobre a qualidade dos espetáculos.

Na prática, pouca coisa mudou em termos de apoio oficial, do governo passado até aqui. Mas há, curiosamente, a esperança compartilhada que aponta para uma saída — não se sabe bem qual — embora, por enquanto, na maior parte dos Estados o que há mesmo é alguma boa intenção dos governos e pouca ou nenhuma verba destinada à cultura. À despeito da expectativa em torno do mandato de Fernando Henrique — notadamente um homem “da cultura” — o apoio oficial, por aqui, tem se bastado na retórica e nos projetos.

Artistas de capitais como Belém, Manaus, Macapá, Rio Branco e Porto Velho, encontram-se hoje em dificuldades diante da nova filosofia do governo federal, que tem ressonância por todo o país. A regra básica: o governo serve

como mediador, mas o apoio em dinheiro deve vir da iniciativa privada.

“A idéia seria genial, se o Brasil se resumisse ao eixo Rio-São Paulo”, avalia o presidente da Federação de Teatro do Amazonas, Francisco Cardoso. “Lá, há muito tempo o empresariado investe em cultura. Já no Norte a busca de patrocínio é o que mais desgasta o artista. O empresariado daqui não tem a mesma visão, age sempre como se estivesse dando esmola, e não investindo em cultura.”

O fato é que as entidades artísticas, ao mesmo tempo em que pregam o fim do paternalismo estatal (diz a velha máxima que toda arte dependente do Estado é comprometida), não conseguem articular outras formas de apoio, por comodismo ou falta de estratégia.

Movimento

A falta de infra-estrutura de produção tem reflexos precisos sobre a quantidade das montagens teatrais. Em Macapá, o problema começa na organização. A Federação de Teatro

Nunca houve uma mulher como Gilda: peça com Gilda Medeiros e Claudio Barros que agitou teatro paraense



Amador existe, mas não opera. Hoje encontra-se dividida entre pequenos segmentos. Além do espaço principal da cidade, o Teatro das Bacabeiras (705 lugares), os artistas têm ocupado um espaço aberto: a Fortaleza de São José de Macapá.

O apoio estatal no Amapá esbarra, como de resto, na questão financeira. Segundo o diretor do Teatro das Bacabeiras, Herbert Emanuel, há perspectivas de melhoras, a médio prazo, quanto aos investimentos. Segundo ele, “há sensibilidade do governo de João Alberto Capiberibe (PSB) para a questão. O que não há mesmo é dinheiro. O Amapá não tem Secretaria de Cultura. O órgão responsável pelo setor é a Fundação Cultural.”

A produção tem caráter regionalista. Bar Caboclo, do grupo Língua de Trapo, é um dos espetáculos em cartaz, nesta linha. Na área experimental, o destaque dos últimos meses é o Grupo Boca de Cena, com o espetáculo Alucinada Noite de Artaud, a partir do teatro da crueldade.

Folclore

No Acre, oito grupos dividem-se entre a prática cênica propriamente dita e o folclore. Parte desses grupos está envolvida com manifestações culturais datadas (Boi-Bumbá, São João, etc).

Há uma lei municipal que estimula o incentivo do empresariado à cultura, através de descontos no ISS (Imposto Sobre Serviços), mas segundo a presidente da Federação de Teatro, Clícia Batista, praticamente não há quem se interesse no apoio.

O grupo mais atuante no Acre é o Grupo do Palhaço Tenorino, formado por seis atores. O grupo funciona em regime de criação coletiva. O último espetáculo montado foi Tortura de um Coração, texto de Arinao Suassuna.

Uma vez mais a falta de organização é um empecilho a novas conquistas. “Não há como pressionar por abertura de novos espaços e mais subvenção”, diz Clícia. “A organização dos grupos em torno da entidade seria fundamental, mas hoje o que se vê é muito mais a prática isolada dos grupos.

Social

Em Rondônia, a produção está mais voltada para a reflexão em torno do social, o grupo “Quebra Cabeça, dá o Bote” é um exemplo. No momento, os atores ensaiaram “O Rádio Nosso de Cada Ouvinte”, uma espécie de história informal do rádio no Estado, com críticas à sociedade local.

Em Porto Velho também não há Secretaria de Cultura. Segundo o diretor Carlos Macedo Dias, o Mado, os grupos passaram por uma péssima fase, em termos de apoio, durante o governo de Osvaldo Piana. “A direita agressiva se encarregou de demolir o pouco que havíamos construído, inclusive em organização”, diz Mado, “mas as perspectivas são de melhoras”. Como nos outros Estados, o governador Valdir Raupp também se mostrou sensível aos apelos da classe artística. Mas por enquanto, não há verbas disponíveis. A iniciativa privada estabelece um apoio tímido e escasso.

O teatro feito em Rondônia tem forte ligação com o Movimento Popular. Não é à toa que alguns dos principais grupos estão organizados na Universidade e nas Entidades não Governamentais. Entre as últimas produções estão a montagem de As Velhas, texto de Lourdes Ramalho, e Na Canga do Boi, pelo grupo do Sesc.

Desarticulação

No Pará, onde costuma-se identificar o mais vigoroso movimento teatral do Norte, a história não é muito diferente. Os grupos estão politicamente desarticulados, a Federação de Teatro não tem comando, nem grande credibilidade junto à classe. As produções caminham na medida dos esforços individuais.

Grupos como a Usyna Contemporânea de Teatro permanecem amadurecendo suas pesquisas (no caso da Usyna, em torno do teatro de bonecos). Por outro lado, espetáculos montados a partir de recursos captados fora do âmbito estatal, tiveram curiosamente curtíssimo tempo de vida. Assim foi com O Mendigo ou o Cachorro Morto, de Brecht, montado pelo grupo Palha e apresentado nas escadarias do Palácio Antônio Lemos. O espetáculo foi subvencionado pela Casa de Estudos Germânicos da UFPA (que

FOTO: LULA BEMERGUY

mantém um edital anual de apoio à montagem de autores alemães).

Um dos últimos espetáculos montados em Belém, com temporadas em vários espaços e pelo interior do Estado, foi a comédia de Edyr Augusto, "Nunca Houve uma Mulher como Gilda", dirigida por Cacá Carvalho, com Gilda Medeiros no elenco.

É revelador, portanto, que a movimentação mais significativa esteja acontecendo fora dos grupos e espaços tradicionais. Nesse sentido, dois núcleos de produção têm se destacado: o Grupo da Unipop, que reúne pessoas ligadas ao movimento popular, e que montou, entre outros trabalhos, São Nelson Rodrigues e Zumbi; e ainda o grupo da Escola de Teatro da UFPA, que ao longo do ano passado manteve a sua produção em cartaz e este ano já montou e apresentou dois novos espetáculos: Mumu, a vaca Metafísica, e Marat — Sade, de Peter Weiss.

Além da infra-estrutura de produção outros fatores devem ser considerados quando se analisa o problema do teatro no Norte. Em regra, trata-se de teatro amador (o adjetivo traduz não raras vezes a idéia de qualidade inferior, o que nem sempre corresponde à realidade). Há, então, grave rotatividade dos integrantes pelos grupos, o que em certa medida dificulta o processo de organização. Outro problema é o da formação. A maior parte dos artistas aprende os recursos de encenação na prática do palco, o que é necessário e recomendável. Mas normalmente não há método nessa aprendizagem, o que sempre cria deficiências na formação do ator, do diretor, do iluminador do cenógrafo, etc.

E ainda: se considerarmos que o teatro precisa também fundamentalmente do público, ele próprio se constitui um problema, no Norte. Há uma espécie de colonialismo interno no Brasil, sustentado em uma ideologia que estimula o público a frequentar qualquer espetáculo que venha de fora da região, e menosprezar a produção local, mesmo que as diferenças entre os espetáculos não sejam significativas. Com exceção de um ou outro grupo, a frequência do público aos espetáculos é sempre uma incógnita. E o investimento, sempre uma aventura.

Todos esses fatores contribuem para um teatro onde a continuidade das pesquisas e a permanência da produção não representam a regra. Muito pelo contrário. ■



FOTO: ROGER PAES

Arrastão cultural

No Pará, a chamada política cultural ainda é um projeto. Mas desde logo, fica esclarecido que já não interessa ao Estado a institucionalização do repasse de verbas. Segundo o diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento da Secult, Fábio Castro, o primeiro semestre de 95 serviu como tempo de reflexão sobre o que pode vir a ser a política cultural do Estado.

A partir deste segundo semestre começa a fase de sistematização. A proposta da Secult tem como base o projeto Arrastão Cultural, que vai lidar com as realidades dos diferentes municípios e seu contexto específico. O projeto divide-se em três fases: Afluentes, Preamar e Pororoca, e vai mobilizar além de grupos de teatros, músicas, bailarinos, etc. A idéia é estabelecer o contato inter-regional, com eventos que não vão ocorrer só em Belém, mas em oito pólos do interior do Estado. A Secult entra com o pagamento do cachê dos artistas e com a infra-estrutura do projeto (em parceria com outras Secretarias de Estado).

"Essa política parece antipática aos olhos de muita gente, porque até agora não tem gerado resultados concretos. Mas a partir deste segundo semestre vamos para a ação", diz Fábio.

Outro projeto que deve ser deslançado é o Caeté, que vai criar o Centro Amazônico de Experimentação Teatral, com base no Teatro Waldemar Henrique. O primeiro passo deve ser a equipação. A Secult espera um técnico da Funarte, que vem do Rio fazer o projeto de luz e som do teatro.

Além disso, a Secretaria pretende viabilizar outros projetos através da Lei

Rouanet, que abre possibilidades para os empresários investirem 5% do Imposto de Renda devido, em cultura.

A nível local, já existe um projeto de incentivo semelhante, apresentado na Assembléia Legislativa do deputado Edson Matoso. O projeto prevê mecanismos de incentivo com descontos no ICMS (a idéia original foi apresentada há alguns anos pelo então deputado Edmilson Rodrigues). Até o fechamento desta edição a lei estava nas mãos do governador

Almir Gabriel, para sanção. Com estes instrumentos, a Secult do Pará pretende substituir a política de subvenção pela política de articulação, agindo como órgão mediador entre a fonte de recursos e os artistas. O único e fundamental perigo é o de a Secretaria acabar utilizando estes canais para viabilizar a "cultura oficial", desprezando os projetos artísticos que não interessem a ela, como de fato aconteceu durante a vigência da Lei Sarney.

Mas segundo Fábio Castro, não é esta a intensão da secretaria: "queremos agir em parceria, usando a instituição a favor dos artistas e da produção cultural", conclui. ■

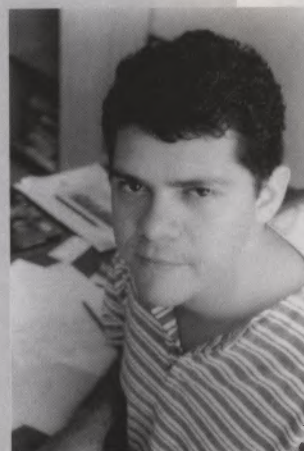


FOTO: PAULA SAMPAIO/KAMARA KÔ

Fábio Castro: política de articulação em favor da produção cultural

*Kil Abreu é jornalista.

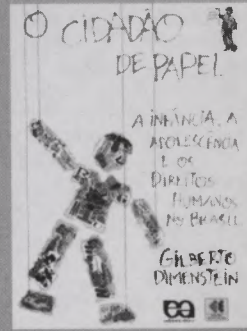
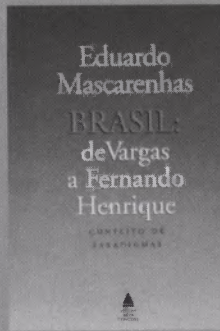
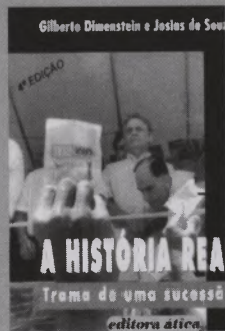
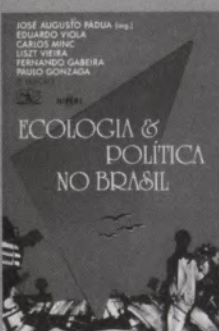
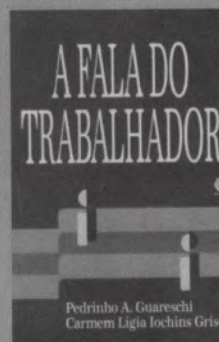
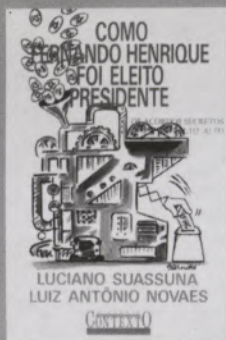
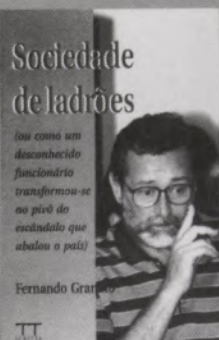
JANKINGS

LIVRARIA

A Livraria do Ano do Brasil

Rua dos Tamoios, 1592

Tel.: (091) 241-8666



*Escritório
Antonio Pereira*

Assessoria Trabalhista e Sindical

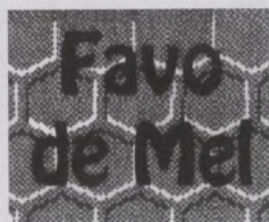


*Antonio dos Reis Pereira
advogado*

*Vêda Rodrigues Sousa
estagiária*

Rua Sen. Manoel Barata, nº 718 • Ed. Infante de Sagres,
sala 507 • Fone: (091) 225-2872 • Comércio
CEP. 66019-000 • Belém-PA

Farmácias Homeopáticas



Entregamos
a domicílio.
Favofone:

(091) 229-9066

ão diversas colméias de muita saúde,
repletas de produtos naturais e de
emagrecimento, medicamentos
homeopáticos e mel de abelha à vontade.

Saúde

Gentil Bittencourt • Conselheiro Furtado • Alcindo Cacela
Cidade Nova III



Terras: o mal de raiz

Lúcio Flávio Pinto*

das terras públicas com o fim do Império e a adoção do princípio federativo, o Estado tentou promover a ocupação de seu vasto interior concedendo 32 mil títulos de posse a pessoas dispostas a assumir a condição de desbravadores de fronteiras.

Para que esse papel original (apenas

Ao longo de 20 anos, uma quadrilha formada por advogados, comerciantes e intermediários, provavelmente contando com a ajuda de servidores públicos nos três níveis de poder, conseguiu se apossar de uma imensa área de terras no Estado do Pará. Talvez essa área chegue a nove milhões de hectares, quase 8% do território paraense e 1% do país. Dezenas de transações imobiliárias foram realizadas nesse período, sem que — a despeito de umas tímidas iniciativas oficiais, desencadeadas e não continuadas, ou não consumadas — o governo tenha obstado a desenvoltação dos especuladores. Em jogo se acha um patrimônio que, transformado no seu

mais modesto valor, daria para o Estado assegurar o pagamento de seus 110 mil funcionários durante todo um semestre. A comparação dá idéia do prejuízo, mas sua significação transcende o mero aspecto monetário.

O governo não tem conseguido desempenhar suas funções de guardião e gestor do patrimônio fundiário estadual, uma das causas da incômoda posição que o Pará ocupa de campeão nacional de conflitos, violência, tensão e desperdício rurais. A origem dessa incapacidade remonta ao início da República: assumindo o controle

a Banhia dispõe de uma documentação assemelhada) se transformasse em efetivo título de domínio particular, o beneficiário teria que medir e demarcar as terras concedidas. Era o compromisso do toma lá, dá cá: comprovada a ocupação de fato da terra, o pioneiro seria recompensado pelo Estado com o reconhecimento da propriedade. Mas nem 10%, até hoje, cumpriu essa obrigação, nem o Estado pôs em execução o que constava do papel: a reversão das terras ao domínio público em caso de não ocupação. Os prazos foram sendo prorrogados, extinguindo-se a 31 de dezembro deste ano o último deles, sem que os detentores do papel se sentissem compelidos a cumprir o trato.

Os títulos de legitimação de posse, entretanto, foram se transformando num dos principais instrumentos da grilagem. Dois deles foram usados pela quadrilha mais atuante até hoje. Aproveitando-se de um juiz venal, Armando Bráulio Paul da Silva, já afastado do judiciário, e de um inventário fraudulento, seus integrantes passaram a inscrever nos registros de imóveis de vários municípios do interior (mas especialmente em São Félix do Xingu, Altamira e Portel), supostos imóveis particulares englobados na partilha.

A fraude, de tão grosseira, logo foi percebida. Mas entre as insuficientes gestões feitas pelo Estado contra a trama e a sua anulação já transcorreram vários anos, sem que da investida houvessem resultado decisões judiciais finais ou os procedimentos administrativos indicados para apurar e punir as responsabilidades criminais. As transações com as terras griladas continuaram a ser feitas, principalmente junto a compradores do sul do país.

A fragilidade da máquina pública para coibir a ação de pessoas que, muitas vezes, nem são exatamente poderosas, mas espertas e inescrupulosas, sofisticados aplicadores do famoso "conto do paco", é espantosa. Não se trata, porém, apenas de carências de meios para reprimir a prática desses estelionatos fundiários. A própria visão do Estado a respeito da gestão de seu patrimônio de terras estimula e favorece a ação predatória.

Essa visão mercantil — e ao mesmo tempo de submissão ao poder central — explica, tanto quanto a natureza autoritária do regime

federal da década de 70, a facilidade encontrada pela União para expropriar 36% das terras devolutas estaduais e passá-las à administração do Incra com um simples decreto-lei, o tristemente célebre 1.164 (além de tudo, inconstitucional, mesmo à sombra da Constituição outorgada de 1967 e sua mambembe emenda de 1969). Nenhum político local de expressão tugiou ou mugiu na ocasião, mesmo porque só o fazem — quando fazem — para efeito retórico, em discursos.

Mas desde muito antes (a rigor, desde 1850, data da primeira lei brasileira de terras, o que deve dizer alguma coisa sobre a verdadeira natureza dos advogados neste setor), o Estado perseguiu a dilapidação do patrimônio fundiário. Seu objetivo sempre foi transferir terras a particulares, a qualquer título, inclusive ilegítimo. As explicações nem sempre foram coincidentes, mas, sob roupagens tão distintas, o resultado objetivo da ação pública tem sido sua desvinculação do bem, não só da terra objetivamente falando, mas do que ela significa — ou poderia significar — se usada como instrumento social.

Antes de 1964 a venda e a titulação de terras ora serviam para fazer alianças ou confirmar aquelas já feitas, ora para um populismo desvairado, no primeiro momento aparecendo como concessão de terras a pequenos produtores e colonos, dando em troca votos, mas já no segundo momento fazendo chegar os títulos a um pequeno número de grandes proprietários, dando em troca dinheiro "por fora". Depois, foi a face mais direta do balcão de compra e venda — venda de terras e compra de parcerias dissimuladas.

A conta de chegar dessa política fundiária é uma vasta alienação de terras a preço de banana, sem qualquer diretriz associável ao

que se costuma identificar como "o interesse público". Ao menos como atenuação, deve-se registrar que a União, em muito menos tempo, foi mais dilapidadora do que o Estado, mais amplas e profundas são também suas alianças e compromissos com o capital agrário.

A concentração da propriedade fundiária tem sido extremamente danosa para o Pará, sem, mesmo pelo viciado ângulo mercantilista, ser vantajosa sequer para o governo, em função de tantos canais de vazamento e de infiltração dos especuladores. Nesse aspecto, o Legislativo, em menor grau, e o Judiciário, em escala ampliada, têm servido de parceiros para a pirataria fundiária. Um "fantasma", como o fazendeiro Carlos Medeiros, personagem criado pela quadrilha a partir da falsificação de seus documentos de identificação, não só serviu de biombo para a grilagem, como obteve *habeas corpus* para não depor no inquérito policial instaurado pela Secretaria de Segurança. A juíza que concedeu a medida não deu-se ao trabalho de exigir do advogado do "fantasma" que qualificasse o cliente, condição elementar para uma ação ser recebida na justiça. Isto já é mais do que cometer elementar erro de ofício.

Mais prejuízo do que o aparelho público tem tido a própria sociedade paraense com essas contínuas e desenfreadas grilagens de terras, praticadas nos desvios da lei e ao abrigo das normas administrativas. É bom não esquecer que na sua origem, na Roma antiga, grilar significava criar grilos. Criava grilos quem, ocupando área maior do que a sua capacidade de trabalho, possibilitava nas áreas desmatadas e não usadas o surgimento de legiões de grilos, substitutos do colono guloso.

O processo continua basicamente o mesmo. Uma só pessoa, jurídica ou física, obtém

para si áreas que ultrapassam a sua capacidade técnica e econômica, o aconselhamento científico, a indicação do bom senso, a legitimidade e a moralidade públicas. Para garantir a posse física sobre essa imensa área, o agente desmata sem objetivo plausível, apenas para colocar sua marca sobre a terra, já que a floresta nativa não é benfeitoria, servindo antes como estímulo para ocupantes, invasores, extratores de madeira e outros personagens desse enredo irracional. É o que se vê, então, em viagens pelo interior da Amazônia: áreas desmatadas que servem tão somente para delimitar a propriedade de quem as tem sem poder usá-las produtivamente.

O Estado só poderá acabar com esse saque louco quando entender o que é realmente o patrimônio público e para que fins ele deve ser usado. Ninguém precisa ter uma formação teórica ou acadêmica a respeito da natureza social e ecológica da terra para chegar à conclusão de que cada pessoa, jurídica ou física, só deve ter direito a um domínio que possa efetivamente exercer - e não a um estoque do bem que vai desperdiçar. Claro que essa concepção vale para os bens de natureza pública. Mas a terra é, legitimamente, esse tipo de bem. Afinal, todas as terras só se tornam propriedade privada quando são desmembradas dos domínios do Estado, gerando as tais cadeias dominiais. A solenidade e a respeitabilidade desse momento deve ser restituída, ou, para ser exato, deve ser inaugurada. Ou então teremos que nos conformar a destruir nosso patrimônio material mais nobre, derramando sobre ele o leite inútil da nossa insensibilidade. ■

*Lúcio Flávio Pinto é jornalista.

NU criações NÇAS

SUA MELHOR OPÇÃO

Promova sua entidade usando brindes.
Uma alternativa para qualquer
época do ano.

camisas • bonés • adesivos
flanels • mochilas

Trav. 14 de Abril, 1711 (entre Gentil e Conselheiro) * ☎ 249-1174

Seguro é

qualidade

de vida

faça o seu

THOMAZ SEGUROS

o jeito mais fácil de estar seguro

Av. Presidente Vargas, 351 • sala 903 Centro • Belém • Pará
Tel. (091) 212-3900

A população de Belém terminou o primeiro semestre deste ano sob um clima de medo e indignação. No pequeno espaço de tempo entre a metade do mês de maio e a metade do mês de junho, a cidade assistiu a uma série de fatos violentos semelhantes aos que acontecem no Rio de Janeiro. A exemplo da capital brasileira da violência, Belém foi palco de assassinatos frios, ora resultados inconseqüentes de assalto, ora da trincheira de guerra aberta entre criminosos e policiais.

No dia 23 de maio, a gerente do Banco do Brasil na travessa Padre Eutíquio, Sílvia Maria de Abreu Nascimento Lopes, é morta no assalto à agência; no dia 29 de maio, o delegado José Carlos Ribeiro Marques e os investigadores Mauro Roberto da Cunha França e Paulo Jorge Corrêa de Souza são chacinados durante o plantão na Delegacia da Polícia Civil do Paar; na madrugada do dia 15 de junho, o pistoleiro preso Sebastião da Terezona é morto a estocadas durante uma rebelião na penitenciária Fernando Guilhon, em Americano.

Mas de todas as imagens deprimentes vistas nas ruas, e nas páginas dos jornais da cidade, nenhuma foi mais chocante e assustadora do que a do corpo perfurado de balas de Paulo Nazareno Monteiro, o Mapará, acusado de participar da chacina dos policiais do Paar.

A captura e morte de Mapará não bastaram para saciar a sede de vingança dos policiais revoltados pela chacina na DP do Paar. O corpo dele foi exibido pelas ruas, como troféu. Para dar mais pompa à comemoração, os policiais atiraram para o alto. Dias depois, a categoria fez greve e alegou ter pouca munição para trabalhar no combate ao crime.

Divisão de roubos

Mesmo depois de morto Paulo Mapará não deixou a polícia em paz. Denúncias de seus familiares estouraram como uma bomba dentro da corporação. Seu irmão, Raimundo Monteiro, denunciou que a chacina do Paar tinha raízes na estreita ligação da quadrilha de Mapará com a polícia; ligação baseada na divisão de objetos roubados, no pagamento de propinas e no fornecimento, pelos policiais, de armas aos assaltantes. Além disso, os assaltantes teriam certos privilégios, como não ter os crimes registrados nas fichas de ocorrência.

A polícia iniciou investigações para apurar as denúncias feitas pela família de



Mapará, mas o relatório feito pelo delegado Carlos Alberto Antunes Lima omite as verdadeiras razões da chacina e sugere que o Ministério Público considere "motivos fúteis" os que levaram a quadrilha de Mapará a cometer os assassinatos na delegacia do Paar. Noutra sindicância, o delegado geral Brivaldo Soares concluiu que nada comprovava que os policiais denunciados recebiam propinas dos assaltantes.

Contra a violência

O impacto das cenas de violência protagonizadas por criminosos e policiais não gerou

apenas medo. Para a sociedade civil organizada ficou claro naquele momento que o problema merecia mais do que lamentações e culpas. Era preciso encontrar uma saída. Foi com este objetivo que se criou o "Fórum Permanente de Debates sobre as Causas da Violência no Estado do Pará".

Organizado pelo padre Bruno Secchi, coordenador do Centro de Defesa do Menor (CDM) e pelo diretor técnico do Departamento de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), economista Roberto Sena, o Fórum contra a Violência congrega mais de 50 entidades não-governamentais, sindicais e empre-

De frente pro crime

Suely Leitão*

INVESTIGAÇÃO

Na era da miséria ética

Na Rússia, Bóris Ieltsin dissolve o parlamento. Em Uganda, a guerra étnica mata populações. Numa delegacia de Belém, policiais obrigam um criminoso a comer fezes e beber urina. O que esses fatos têm em comum pode não ser percebido pelas pessoas: a violência. Ou melhor, como explica o psicólogo paraense Ricardo Pimentel Mello, a banalização da violência.

"É difícil definir a violência como fato social. Se um policial dá um murro na cara de um bandido ou se um motorista passa um sinal vermelho, ninguém vai dizer que isso é violência", provoca o psicólogo. "O fato violência se generalizou a todas as formas de relação. Ela sempre existiu, a diferença agora é que perdemos o contato com o outro."

Ricardo Pimentel fala da violência como fenômeno mundial que tem raízes na "miséria ética" — o resultado mais profundo de uma espécie de perda do sentido do outro. Aquilo que o psicanalista Jurandir Freire Costa, lembra Ricardo, chama de objetivação do outro, característica da cultura do individualismo que vivemos. "As pessoas param na rua para ver o corpo de alguém morto como se fosse uma barata", provoca Pimentel, citando Costa.

Impotência e desespero

A realidade é que os exemplos de violência se tornaram banais. Basta ler os jornais, ver televisão ou nem isso. O medo de ser assaltado dentro ou fora de casa é unânime. "A violência se tornou uma coisa tão corriqueira que a gente não

consegue ver na lei a possibilidade de impedi-la. É um sentimento de impotência e desespero. Não contamos nem com a lei, nem com a Justiça e nem com a polícia", alerta Ricardo Pimentel.

Para o psicólogo, as pessoas de um modo geral já perderam a noção de perigo real. "Se a gente sai na rua, qualquer pessoa para nós pode ser um assaltante", exemplifica Pimentel, para quem não existe relação de causa e efeito entre pobreza e miséria, apesar dos mais ricos sempre acharem que correm mais perigos que os mais pobres. É fácil lembrar que crimes horrendos acontecem também nos meios de maior poder aquisitivo, mesmo que nem sempre saiam nas páginas policiais.

Basta ser humano

A psicologia e a psiquiatria são, muitas vezes, as maneiras mais fáceis para explicar os motivos que levaram alguém a matar outro com um requinte de crueldade. Pensa-se logo que o assassino é um louco. Como são usados os laudos de insanidade mental! Uma das tentativas, por exemplo, para livrar um dos acusados do Caso Altamira, Amailton Gomes Madeira.

"Pelo número de assassinatos que têm ocorrido, não teria lugar nos hospitais psiquiátricos para os culpados se todos fossem doentes mentais", ironiza Ricardo Pimentel. "A sociedade escolhe os bodes expiatórios para não se responsabilizar pela violência", acrescenta o psicólogo antes de concluir que "para matar, basta ser humano". ■

sariais. Sugeriu soluções que envolvem os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Pará, o Ministério Público, os meios de comunicação de massa e toda a sociedade.

Uma das propostas — todas apresentadas diretamente ao governador Almir Gabriel — é a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública que, com representantes da própria sociedade civil, iria fiscalizar as ações governamentais na área de segurança. O Conselho teria poder para exigir melhor capacitação dos policiais contratados, reativar as delegacias de bairro e melhorar o policiamento preventivo. ■

FOTO: MIGUEL CHIKAOKA/KAMARA K0

O caso Altamira: seis anos obscuros



FOTO: MIGUEL CHIKAOKA/KAMARA VO

Seqüestro, tortura, morte. O roteiro de terror é preenchido com cenas gritantes: órgãos genitais cortados, olhos arrancados ou todo o corpo queimado. As vítimas são meninos de 8 a 13 anos que perderam a vida — ou pelo menos o que seria o sentido infantil da vida — nos crimes que ficaram conhecidos como o “caso Altamira”.

São 19 casos individuais de circunstâncias semelhantes que abalaram a população de Altamira, na região da Transamazônica. Os garotos são sequestrados, sofrem as mais violentas agressões e são encontrados dias ou meses depois, mortos ou seriamente feridos física e psicologicamente. Alguns até hoje estão desaparecidos.

José Sidney Miranda, 8 anos, foi talvez o primeiro a sofrer os atentados. Era o ano de 1989. Na rua, ele foi convidado por um homem desconhecido a entrar no mato para apanhar passarinho. Lembra apenas que depois foi agarrado e sufocado com um lenço na boca. Quando acordou, tinha lesões no pênis.

Os casos em sucessão ganharam cada vez mais requinte de perversidade. Um deles é o de Jaenes da Silva Pessoa, 13 anos. Em 1º de outubro de 1992, ele desapareceu quando ajudava o pai a guardar o gado da família. Dois dias depois, seu corpo foi encontrado emasculado, olhos arrancados, pulso cortado e com lesões generalizadas.

O caso mais recente é o de Rosinaldo Farias da Silva, 11 anos. Engraxate, Rosinaldo está desaparecido desde o dia 9 de setembro de 1993. De acordo com o Centro de Defesa do Menor (CDM), em Belém, o alvo dos crimes são sempre meninos saudáveis, bonitos e de família de baixo poder aquisitivo.

Mistério

Os motivos para tantas barbaridades contra crianças e adolescentes ainda são obscuros. O que se sabe é que os crimes envolvem muitas pessoas — algumas indiciadas e presas em Belém —, mas o que as une numa

espécie de missão macabra permanece um mistério. Em Altamira, acredita-se que se trata de magia negra. O CDM prefere ser mais prudente e afirma que a motivação para os crimes até hoje não foi esclarecida.

Segundo o CDM, as investigações policiais esbarraram em erros sucessivos. Os inquéritos foram realizados isoladamente sem relacionar os crimes, entre assassinatos, abusos sexuais e desaparecimentos. O primeiro indiciado foi Amailton Madeira Gomes — como sendo autor do homicídio de Jaenes Pessoa — mas, mesmo após a prisão dele, em dezembro de 1992, outros crimes e desaparecimentos de meninos continuaram acontecendo em Altamira.

Em junho de 1993, a polícia federal passou a investigar crimes parecidos, não somente em Altamira, mas também em São Luís (MA) e Guaratuba (PR) e outras cidades, evidenciando a ligação entre os indiciados — além de Amailton, os médicos Anísio Ferreira de Souza e Césio Flávio Caldas Brandão, os ex-policiais militares Carlos Alberto dos Santos e Aldenor Ferreira Cardoso, Amadeu Madeira Gomes (pai de Amailton) e Valentina de Andrade.

Todos os indiciados, com exceção de Amadeu Gomes, tiveram prisão preventiva decretada pelo Tribunal de Justiça do Estado e aguardavam julgamento no Tribunal Popular. Amailton, Anísio e Carlos Alberto estão presos em Belém. Valentina e Aldenor, foragidos.

Dos acusados, o médico Césio Brandão, finalmente conseguiu a revogação de sua preventiva alegando cerceamento de defesa e beneficiado pelas falhas no processo que deverá ser refeito por determinação do STF. Césio foi solto no dia 23 de agosto e ameaça agora entrar com ação contra o Estado alegando ter sido usado como “bode expiatório” para encobrir as falhas das autoridades responsáveis. Com esta prerrogativa os outros três foram soltos. E os meninos e suas famílias? ■

*Sueley Leitão é jornalista.

TEOLOGIA

O grito dos excluídos

"Os excluídos estão querendo ser independentes, por isso o grito é no dia da independência. Os excluídos gritam pelo direito de trabalho, de salário, de morar, de ir e vir. É isso que os excluídos estão querendo."

(Anunciação das Dores, Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte-MG)

A 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento da América Latina e Caribe encerrou no dia 13 de junho de 1995 com uma curiosa conclusão: "os efeitos da crise mexicana parecem superados e os países latino americanos prosseguem as reformas com chances de êxito. A pobreza continua grave e a situação da educação é desastrosa." Essa conclusão expressa uma concepção de desenvolvimento que subordina o social ao econômico, em outras palavras, acredita-se que os problemas sociais serão superados com o desenvolvimento econômico resultante da utilização de tecnologias modernas que possibilitem uma maior e melhor produção num menor espaço de tempo. Talvez, na história mundial recente, nunca se tenha fa-

lado tanto em modernização, eficiência, competitividade, qualidade total..., como se fala hoje. Essas expressões passaram a fazer parte do linguajar cotidiano dentro do contexto de massificação da "Nova Ordem Econômica Mundial" que teve suas bases teóricas e operacionais definidas a partir do "consenso de Washington", que em última instância redefiniu o mercado como o principal elemento regulador das relações sociais.

O mundo vive uma fase de culto ao "deus-mercado", que é apresentado pelos seus "sacerdotes" como o único salvador da humanidade. Como a qualquer deus, seus adoradores oferecem-lhe sacrifícios diários. O holocausto dos "ineficientes" é o que mais lhe apraz. A relação custo X benefício é o critério

básico para a seleção daqueles que serão sacrificados. No Brasil, o Plano Real representou um marco importante no processo de adesão ao culto ao "deus-mercado": a onda de privatização de empresas estatais; a flexibilização de monopólios; o processo de automação em curso... indubitavelmente selecionam para o sacrifício um contingente considerável daqueles que não se enquadram na lógica da "nova ordem econômica".

Dentro desse contexto, o grito dos excluídos quer ser: 1) o anúncio da vida em primeiro lugar; 2) a promoção da solidariedade; 3) um grito pela cidadania; 4) uma mensagem de esperança; 5) uma crítica à onda neoliberal que aumenta a exclusão; 6) a voz dos excluídos; 7) um reforço à luta de setores da sociedade brasileira para construir uma economia baseada na ética e voltada às necessidades da maioria.

Segundo Dom Demétrio Valentini, presidente da Cáritas Brasileira e responsável pelo setor de Pastoral Social da CNBB, "O Grito dos Excluídos é um gesto da igreja e da sociedade organizada que de maneira solidária cria um espaço para os excluídos serem sujeitos de sua própria reinserção na sociedade."

A existência de milhões de excluídos num país que representa a 9ª economia mundial é a negação brutal do modelo sócio-econômico vigente. Portanto, o Grito dos Excluídos é a manifestação pública daqueles que acreditam na possibilidade de construção de uma sociedade radicalmente democrática, baseada na ética, na solidariedade, na justiça, onde todos possam exercer os direitos de cidadãos. ■

Um pouco de história

Um dos objetivos do grito dos excluídos é o resgate do significado histórico da "Independência do Brasil", proclamada por um imperador português que governava uma população majoritariamente constituída de escravos negros, cuja situação sócio-econômica e política se manteve inalterada por longos anos após a festa da "Independência".

O acontecimento do dia 7 de setembro de 1822 atendeu diretamente aos interesses de Dom Pedro I e das elites dominantes que temiam a recolonização do Brasil com a volta de Dom João VI e toda família

real para Lisboa no ano de 1821.

Para que o Brasil tivesse sua "independência reconhecida por Portugal, Dom João VI exigiu como pagamento dois milhões de libras, cuja quantia foi emprestada ao Brasil pela Inglaterra, a fim de saldar a dívida com Portugal, mediante a renovação de privilégios garantidos pelos tratados de 1810 (redução de taxas alfandegárias aos produtos ingleses e regalias jurídicas aos ingleses aqui estabelecidos).

Com isso o Brasil comprou sua independência de Portugal e vendeu sua liberdade à Inglaterra.

*Raimundo Valdomiro de Sousa é secretário regional da Cáritas Brasileira

SEBASTIÃO MANCHINERY

por João Cláudio Arroyo

“Não dá pra ter desenvolvimento e preservar o meio ambiente. Ou se preserva ou se desenvolve”

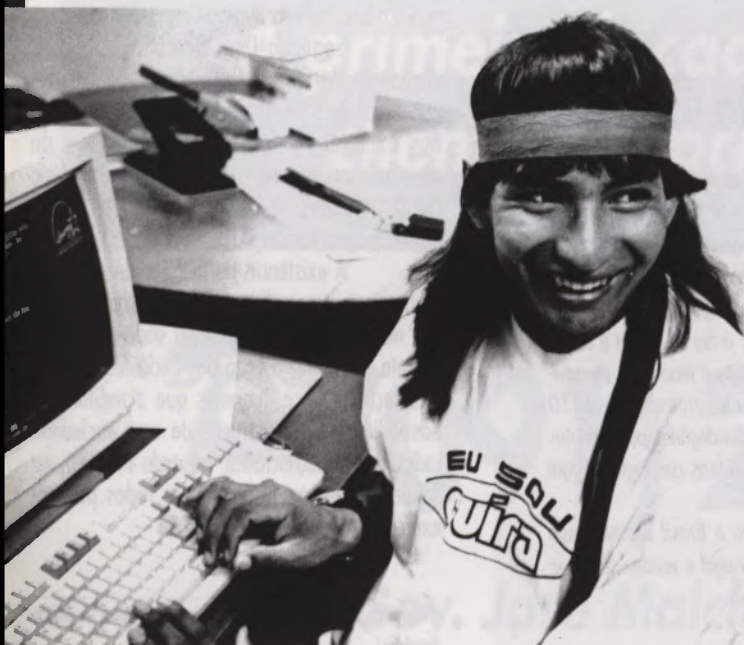
Sebastião Machinery, 25 anos, é presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — COIAB, entidade criada em 89 que reúne 55 organizações indígenas representantes de 140 povos, 163 mil pessoas em toda a Amazônia com sede em Manaus. Nascido no Acre, em uma pequena aldeia Machinery próximo da fronteira com o Peru, Sebastião teve uma carreira meteórica como liderança chegando a ocupar hoje assento na subcomissão de direitos humanos da ONU que trata das questões indígenas. Lúcido, explica que o seu projeto como coordenador da COIAB possui cinco frentes: a demarcação, a sustentabilidade da ocupação das terras, a educação bilingüe para que possam preservar sua cultura, a saúde e a segurança das áreas demarcadas contra os invasores.

Cuíra: Qual o principal desafio da COIAB hoje?

Sebastião: O principal desafio é a gente conseguir juntar todos os povos indígenas da Amazônia em defesa de um único objetivo, ou seja, a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. Isto implica na defesa dos direitos dos povos indígenas já conquistados e também em conquistar novos direitos. O desafio é grande por causa da diversidade de povos, de línguas, de costumes, de crenças e tradições de cada povo e que a gente em determinados momentos tem que falar em uma única língua estranha às outras, ou seja, o português. E fica difícil também a gente conseguir avançar quando se trata de discussões mais técnicas como é a questão jurídica, a questão de saúde, a questão de educação, a subsistência econômica dos povos indígenas. Todas essas questões necessariamente a gente tem que ter um entendimento maior.

Cuíra: Os apoios que os índios recebem de entidades de outros países têm dado motivo para análises que apontam para a internacionalização da Amazônia. Isto procede?

SM: Na verdade esta é uma análise do próprio go-



FOTOS: EDNEY MARTINS

verno brasileiro. Essa argumentação é totalmente falsa, até porque, quando uma área indígena é demarcada ela passa a ser propriedade da União e cabe à União proteger e fazer respeitar os direitos dos povos indígenas e a manutenção dessa área. Jamais uma área, nesse sentido, daria meios para a internacionalização da Amazônia. É muito mais fácil uma empresa como a Manas, que tem 4,1 milhões de hectares de terra, vender ou doar para quem ela queira, inclusive grupos internacionais, do que uma área indígena demarcada. Além disso a gente entende, que a própria ação dos militares, das forças armadas, para proteger a nação, pode ocorrer dentro de uma área indígena, e isso é garantido e estabelecido na própria Constituição e o nosso lema não tem nenhuma divergência entre uma terra, a permanência das forças armadas e a demarcação dessa área em qualquer parte, seja ela área de fronteira ou não. O que acontece é que nós temos que recorrer às entidades internacionais para sermos ouvidos no Brasil, exatamente como agora que estamos enfrentando uma nova proposta do governo.

O que se prevê nessa nova proposta, que vai ser definida pelo ministro da Justiça, é a inclusão do que se chama de "contraditório", ou seja: qualquer pessoa, indivíduos, grupos, Estados ou municípios, vão ter um prazo de 90 dias para que se posicione contra a delimitação ou demarcação de área já identificada e com provas substanciais que se encontrem ou com testemunhas poderão impedir a demarcação.

Cuíra: Quer dizer que com isto qualquer um pode questionar uma demarcação? Até com falsas testemunhas?

SM: Exatamente.

Cuíra: O quê a COIAB está fazendo contra esse novo decreto?

SM: Foi encaminhado ao presidente da República um documento que denuncia o "contraditório" porque ele abre espaço para inconstitucionalidade até mesmo porque a terra indígena é propriedade da União, e se ela é propriedade da União, não vai ser um indivíduo que vai julgar que essa terra pode ou não ser do próprio país. E a gente está encaminhando nesse sentido junto a outras entidades para que seja feita algum tipo de pressão a nível do Congresso Nacional para que não aprove essa proposta de decreto.

Cuíra: Como você vê o episódio da parceria entre o Raoni e o Sting, que viajaram o mundo todo? Se não houve manipulação, o que veio de bom para os índios daquela viagem?

SM: Olha, há sempre uma manipulação. O que veio de bom para os índios ainda estamos por saber. O que veio de bom pros caiapós também ainda estamos por saber. O que veio de bom para o Raoni foi um reconhecimento. Sem nenhum problema, eu respeito qualquer uma liderança, desde que suas atividades sejam voltadas para sua comunidade.

Cuíra: Existe ainda o sonho de que o índio vai viver no mato todo tempo? E as novas tecnologias?

SM: Fica cada vez mais difícil viver como a gente vivia há 500 anos atrás. Primeiro porque hoje nós temos 1001 tipos de

doenças e nossos pajés não curam mais. Por outro lado, nós estamos hoje numa situação onde alguém deve ter as informações o mais rápido possível, nós temos que saber o que acontece. Nesse sentido nós temos que ter meios necessários para poder pelo menos estar de igual para igual com toda a sociedade. Agora, uma coisa inquietante, é que dá pra manter as duas coisas, dá pra eu ser um índio sem perder nada e falar qualquer uma outra língua, fazer qualquer uma outra atividade sem esquecer do que eu sou. Eu acho que essa é questão mais importante que a gente poderia considerar a respeito do contato com o branco, porque a partir de que os povos indígenas saibam utilizar os mecanismos do sistema atual, há também possibilidade de os povos indígenas demonstrarem que o ser humano é capaz de desenvolver qualquer atividade independentemente do que ele seja ou onde ele esteja.

Cuíra: Com é a relação da COIAB com o governo federal, de Fernando Henrique?

SM: A gente não teve apoio de nenhum setor ligado diretamente ao governo. Nós tivemos contatos como faz qualquer outra organização mas foi a nível de pressão. O presidente da República na sua estada em Manaus, foi até meio cordial...

Cuíra: O que de concreto restou na estada dele aqui?

SM: O que restou de concreto até agora não apareceu porque o que resultaria de concreto seria a gente abrir canais para que as organizações indígenas pudessem discutir os problemas dos povos indígenas diretamente com o governo. Esse era o objetivo da gente em relação ao governo na sua vinda aqui, mas a gente também ficou de manter esse contato através de parlamentares em Brasília. Quase um mês depois da reunião do Capuí findamos não sendo atendidos pelo presidente. Nós não vamos poder sempre estar recebendo uma imposição de proposta de desenvolvimento, de uma série de atividades que estão sendo feitas em relação aos povos indígenas, nós temos mesmo é que discutir sem intermediário com o governo. Essas oportunidades ainda não chegaram, mas elas terão que vir num tempo bastante curto.

Cuíra: Você acha que é possível conciliar desenvolvimento e preservação? Qual seria o caminho?

SM: Não dá pra se ter um desenvolvimento e preservar seu meio ambiente. Ou você preserva o meio ambiente e desenvolve uma outra atividade em outro lugar ou você destrói o meio ambiente, porque quando você desenvolve uma atividade, industrial por exemplo você vai ter que destruir o meio ambiente. Reflorestar, por exemplo, nunca é como o natural. Então o que tem que ser claro na questão do desenvolvimento: se você desenvolve uma tecnologia é uma questão, mas se você desenvolve um sistema econômico pra um determinado território do Brasil, você tem que primeiro pensar nesses termos, porque é impossível ter um desenvolvimento econômico numa região sem destruir o meio ambiente.

Cuíra: Mas no caso da Amazônia como é que nós ficaríamos então? Nós devemos ficar sem nos desenvolver?

SM: Não ficaríamos sem desenvolver, eu acho que nós temos lugares que dariam pra desenvolver essa atividade e

preservar as outras que não foram afetadas. Nós temos meios e bastaria os governantes e a gente também mostrar essas propostas e dizer onde e quando deverá se desenvolver essas atividades. O que não dá é pra nós acabarmos com tudo o que temos de natural por uma questão artificial. Então nós estaríamos com um desenvolvimento artificial, e iríamos resolver um problema mas apareceria outros.

Cuíra: Quais os principais conflitos hoje vividos pelos índios da Amazônia?

SM: O principal conflito é em relação a demarcação das terras indígenas. O que acarreta conflitos entre governos, índios, militares, garimpeiros, fazendeiros, madeireiros, enfim... todos contra os povos indígenas. Primeiro porque nesses conflitos há interesses políticos e econômicos e esses interesses por sua vez são mais ligados aos governantes e aos políticos. Os povos indígenas têm um problema bastante sério porque as pessoas que estão no poder são sempre contra os povos indígenas, mesmo os que foram eleitos, na maioria dos casos, com o voto dos povos indígenas. O conflito de Roraima, por exemplo, na área indígena Raposa do Sol tem um problema que é a destruição de pontes, de retiros, de torres, de roubo de gados, prisões ilegais de índios, isso envolve especificamente os povos Macuxi, só que essa área é habitada pelos povos Macuxi, Aricó, Uapixuna, Tauripan e Wai-Wai. O governo tem muito mais interesse em desenvolver uma hidrelétrica nessa região do que manter a comunidade indígena. Um outro problema é em relação a quantidade de área, que a Raposa tem, aproximadamente 1,6 milhões de hectares, é uma área de serrado no lavrado de Roraima. O problema é que 70% dessa região é montanhosa, então 30% dessa área é que seria utilizada para as comunidades indígenas e também para outras pessoas que ali estão como fazendeiros, esse é um problema, o outro é relacionado aos Kricatis no Maranhão, há um problema e esse é meramente sobre demarcação das terras indígenas Kricatis, onde já foi pedido de ser demarcado pela segunda vez e esse problema ele só é acarretado devido a influência das autoridades locais em manipular a população a ser contra os índios, inclusive, há uma série de conflitos e que a gente nem esperava que isso acontecesse, esperava que fosse resolvido de uma forma melhor mas infelizmente os políticos têm muita influência nessa situação e finda colocando a população local contra os povos indígenas.

Cuíra: Como está a organização dos índios?

SM: Nós temos uma perspectiva de que isso seja muito mais fortalecido ainda, porque nós temos uma conjuntura de lideranças que tem uma idéia, uma definição do que realmente nós vamos precisar para que possamos atingir os nossos objetivos. Essa preocupação que a gente tem tido em amadurecer os objetivos, as ações que vão ser desenvolvidas, a definição da linha de atuação da política do movimento indígena foi um dos passos fundamentais que a COIAB como movimento indígena, junto com as organizações membros, conseguimos realizar nos últimos anos.

Cuíra: Você falou no avanço dessa articulação. Porque os Caiapós não participam da COIAB?

SM: Na verdade eles, às vezes, participam de algumas reuniões. Mas não trabalhamos direto com os Caiapós porque eles ficam mais na região do Pará e o mundo caiapó é diferente.

Nós entendemos e não queremos também nos intrometer muito na vida de alguns parentes a não ser que sejamos solicitados como fomos pelos Ticunas e os Sateré.

Cuíra: Como vocês viram o episódio que envolveu o cacique Paulinho Paiakan?

SM: O que pode até ter havido, é que como há um assédio muito grande de uma liderança que nem o Paulinho, eu acredito que houve uma tentativa de prejudicar o movimento indígena como tal naquele exato momento em que nós estávamos diante da Eco 92. Haveria de ter algum movimento pra mostrar que os índios não eram tão coitadinhos como estavam sendo comentados a nível internacional... o que eu coloco sobre o diferente mundo dos Caiapós é a questão do envolvimento de garimpo e de madeira. O que a gente sabe é que a comunidade caiapó não usufrui do benefício de garimpo e da exploração de madeira, só algumas pessoas é que são beneficiadas. E o que a gente sabe ainda é que a maioria dos caiapós estão contaminados de mercúrio. Então é um problema bastante grave e a gente fez a uma época passada alguma atividade em relação a paralização da comercialização de madeira daquela região aos países industrializados, como o Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, França pra que a gente pudesse dar uma parada nessa situação e que o pessoal visse de fato a realidade dos Caiapós e também como é que aquilo estava contribuindo para o extermínio da própria cultura Caiapó.

Cuíra: Recentemente você fez uma viagem para a Europa. O que você foi fazer lá?

SM: Eu tive na França participando de uma assembléia da Iniciativa Indígena pela Paz, que é da companhia parenta Rigoberta Mithu e que nós tivemos discutindo sobre a década mundial dos povos indígenas. Uma outra coisa é em relação à Declaração Universal dos Povos Indígenas, que é constituído de uma série de itens entre os quais está incluído o conceito de povos, território e autodeterminação. E o mais conflituoso entre os povos indígenas é em relação da questão de autodeterminação, porque os povos indígenas brasileiros, por exemplo não vê a autodeterminação como ponto chave para discussão e sim a autonomia. Os índios do Chile ou do Alasca acham que a palavra mais coerente, mais viável seria a autodeterminação, então isso ainda não ficou definido.

Cuíra: Sobre a questão da sustentabilidade dos povos indígenas. A biodiversidade aqui da Amazônia (maior do planeta) não seria uma solução?

SM: Essa é uma outra discussão. Acontece que o controle da biodiversidade não caberia aos povos indígenas e sim ao governo. De que maneira o governo ou a gente conseguiria ter parte ou controle da biodiversidade é uma outra questão. É uma questão preocupante, inclusive está em discussão no Estatuto da Sociedade Indígena como é chamada, a questão da patente, da propriedade intelectual, enfim uma série de coisas que estão previstas e que a gente está tentando assegurar a participação dos índios.■

*João Cláudio é jornalista e educador da Unipap.

por Paulo Emmanuel



Haurir

(Nívia Maria)

*No meio do rio onde as águas pesam
bem no meio do rio há uma saída*

*para o fundo onde as mágoas tragam a
esperança e se findam as ilusões
para cima onde o sol dá cores aos seres e de sobra
ilumina a lua que ilumina a rua que deixa-me
ver tua cara nua*

*No meio dessa multidão onde o mundo não
acaba
meu coração luta para não desabar
insiste em bater e apanhar em busca dos
sonhos
para vivê-los de perto e tocá-los como uma
música do Gil.*